

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – Mestrado e Doutorado
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS
EIXO TEMÁTICO DIMENSÕES INSTRUMENTAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Cleide Calgaro

**AS COMUNIDADES RURAIS INTELIGENTES NO BRASIL E NA ESPANHA:
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ASSEGURAR O DIREITO À SUSTENTABILIDADE
LOCAL E ENFRENTAR OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E A
DESPOPULAÇÃO RURAL**

Santa Cruz do Sul

2020

Cleide Calgaro

**AS COMUNIDADES RURAIS INTELIGENTES NO BRASIL E NA ESPANHA:
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ASSEGURAR O DIREITO À SUSTENTABILIDADE
LOCAL E ENFRENTAR OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E A
DESPOPULAÇÃO RURAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado – na Área de Concentração em Demandas Sociais e Políticas Públicas, Eixo Temático Dimensões Instrumentais das Políticas Públicas da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Direito.

Orientador: Professor Pós-Dr. Ricardo Hermany
Coorientador: Professor Dr. Luis Miguez Macho

Santa Cruz do Sul

2020

Cleide Calgaro

**AS COMUNIDADES RURAIS INTELIGENTES NO BRASIL E NA ESPANHA:
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ASSEGURAR O DIREITO À SUSTENTABILIDADE
LOCAL E ENFRENTAR OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E A
DESPOPULAÇÃO RURAL**

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado – na Área de Concentração em Demandas Sociais e Políticas Públicas, Eixo Temático Dimensões Instrumentais das Políticas Públicas da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Direito.

Prof. Pós-Dr. Ricardo Hermany
Orientador (UNISC – Brasil)

Prof. Dr. Luis Miguez Macho
Coorientador (USC – Espanha)

Profa. Dra Fabiana Marion Spengler
(UNISC– Brasil)

Prof. Dr. Clovis Gorczewski
(UNISC– Brasil)

Prof. Dr. Agostinho Oli Koppe Pereira
(UPF – Brasil)

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho
(UPF/UNIVALI – Brasil)

Santa Cruz do Sul

2020

Aos meus pais, Paulino (*in memoriam*) e Neide, cujo exemplo de dignidade e de amor procuro sempre seguir em todos os meus dias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Hermany, pela ajuda, paciência, dedicação e atenção com que sempre me acolheu.

Agradeço ao meu coorientador, Prof. Dr. Luis Miguez Macho, pela indicação de material e pelo auxílio.

Agradeço aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), que sempre souberam me encaminhar nos estudos, a fim de que esta pesquisa se concretizasse.

Agradeço aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Direito, principalmente à funcionária Enivia Hermes, que sempre teve paciência e atenção quando de minhas solicitações.

Agradeço à colega Carla Casanueva Muruais, pelo envio de material que muito ajudou na confecção desta tese.

Agradeço à Marciele Borchert, pelo brilhante trabalho realizado na revisão linguística e na formatação da presente tese.

Agradeço ao meu colega e amigo Dr. Agostinho Oli Koppe Pereira, pela incansável ajuda, incentivo e paciência.

“Como siempre, sin embargo, cuando el Estado se hace dueño de la principal riqueza de un país, corresponde preguntarse quién es el dueño del Estado”.

Eduardo Galeano (1997),
Las venas abiertas de América Latina,
Santiago, Catálogos, p. 442.

RESUMO

A presente tese examina como é possível a implementação das *smart rural communities* no Brasil e na Espanha, e como as políticas públicas locais e o direito à sustentabilidade podem minimizar os problemas socioambientais e da despovoação rural nesses países. Desse modo, a pesquisa compreende os elementos constitutivos das *smart cities* e como eles servem de base jurídica e institucional para se implementar as *smart rural communities*, a fim de atingir a sustentabilidade local e combater a despovoação rural, tanto no Brasil quanto na Espanha, por intermédio do Direito, seja no âmbito legislativo, por uma instrução de projeto de lei, seja na administração pública, por um conjunto de diretrizes de políticas públicas. O problema desta tese reside no seguinte questionamento: de que forma os elementos das *smart cities* servem de base jurídico-institucional para a implementação das *smart rural communities*, a fim de atingir a sustentabilidade local e combater a despovoação rural no Brasil e na Espanha, por intermédio do Direito e das políticas públicas? Desse modo, visando responder o problema da pesquisa, apresentam-se cinco objetivos específicos, correspondentes a cada capítulo da tese. No primeiro capítulo, discute-se o direito à sustentabilidade, tendo como base as ideias de Ignacy Sachs (1993; 2002) e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), além de estudar como a sustentabilidade está implementada no âmbito agrícola nesses países de análise. No segundo capítulo, estudam-se as políticas públicas, os espaços locais e a gestão municipal, através de uma análise entre Brasil e Espanha. Já o terceiro capítulo tem como foco o meio ambiente, tanto no Brasil como na Espanha, a fim de verificar as principais problemáticas socioambientais. No quarto capítulo, abordam-se as *smart cities* e como elas podem auxiliar na implementação das *smart rural communities*, para minimizar os problemas socioambientais. E, por fim, no quinto capítulo, avaliam-se as possíveis respostas ao problema apresentado na tese, com ênfase nas viáveis políticas públicas locais que podem ser implementadas para concretizar as *smart rural communities*, além de diretrizes jurídicas para minimizar ou resolver os problemas socioambientais existentes no Brasil e na Espanha. Este estudo utiliza o método monográfico, abordagem analítica e técnica de pesquisa bibliográfica. Por fim, conclui-se que é possível a implementação das *smart rural communities*, juntamente com as políticas públicas e a sustentabilidade, para minimizar os problemas socioambientais e a despovoação ou despovoamento rural, tanto no Brasil como na Espanha, sendo observadas as suas potencialidades e assimetrias. A tese está ligada à área de Concentração em Demandas Sociais e Políticas Públicas, com o eixo temático Dimensões Instrumentais das Políticas Públicas, e vinculada ao projeto de pesquisa inscrito na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), 345656, “As potencialidades do Federalismo cooperativo face às assimetrias do poder local brasileiro”.

Palavras-chave: Convivialismo. Despovoação rural. Sustentabilidade e políticas públicas locais. Subsidiariedade. *Smart rural communities*.

ABSTRACT

This thesis examines how it is possible to implement smart rural communities in Brazil and Spain, and how local public policies and the right to sustainability can minimize socio-environmental problems and rural depopulation in these countries. Therefore, this research approaches the constituent elements of smart cities and how they serve as a legal and institutional basis for implementing smart rural communities, in order to achieve local sustainability and combat rural depopulation, in Brazil and in Spain, through law, either in the legislative sphere, by a bill instruction, or in the public administration, by a set of public policy guidelines. The problem with this thesis lies in the following question: how do the elements of smart cities serve as a legal-institutional basis for implementing smart rural communities, in order to achieve local sustainability and combat rural depopulation in Brazil and Spain, through the law, either through a bill or through public policies? Thus, in order to answer the research problem, five specific objectives are presented, corresponding to each chapter of the thesis. In the first chapter, the right to sustainability is discussed, based on the ideas of Ignacy Sachs (1993; 2002) and the Sustainable Development Goals (SDGs), proposed by the United Nations (UN), in addition to studying how sustainability is implemented within the scope in these countries of analysis. In the second chapter, public policies, local spaces and municipal management are studied, through a analysis between Brazil and Spain. The third chapter, on the other hand, focuses on the environment, both in Brazil and in Spain, in order to verify the main socio-environmental problems. The fourth chapter is about smart cities and how they can assist in the implementation of smart rural communities, to minimize socio-environmental problems. And, finally, in the fifth chapter, the possible answers to the problem presented in the thesis are evaluated, with an emphasis on viable local public policies which can be implemented to concretize smart rural communities, in addition to legal guidelines to minimize or solve socio-environmental problems which exist in Brazil and Spain. This study uses the monographic method, analytical approach and bibliographic research technique. Finally, it is concluded that it is possible to implement smart rural communities, together with public policies and sustainability, to minimize socio-environmental problems and rural depopulation, both in Brazil and in Spain, taking into account their potential and asymmetries. The thesis is linked to the area of Concentration in Social Demands and Public Policies, with the thematic axis Instrumental Dimensions of Public Policies, and linked to the research project registered at the University of Santa Cruz do Sul (UNISC), 345656, "The potential of cooperative Federalism in face of the asymmetries of the Brazilian local power".

Keywords: Convivialism. Rural depopulation. Sustainability and local public policies. Subsidiarity. Smart rural communities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama dos três desenvolvimentos**Erro! Indicador não definido.**

Figura 2 – Programa Nacional de Saneamento Rural..**Erro! Indicador não definido.**

Figura 3 – Estabelecimentos de ensino no Brasil.....**Erro! Indicador não definido.**

Figura 4 – Matrícula na educação básica (em 2018) ...**Erro! Indicador não definido.**

Figura 5 – Órgãos do SISNAMA**Erro! Indicador não definido.**

Figura 6 – Mapa brasileiro com a proposta da PEC 188**Erro! Indicador não definido.**

Figura 7 – Municípios espanhóis que ganharam e perderam população entre os anos de 2017 e 2018**Erro! Indicador não definido.**

Figura 8 – Províncias que perderam população entre os anos de 2018 e 2019. . **Erro! Indicador não definido.**

Figura 9 – Componentes e elementos de uma *smart city***Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Evolução da produção ecológica **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 2 – Espanha e Municípios – 2019..... **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 3 – Municípios espanhóis **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 4 – Índices de pobreza nas unidades da federação. **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 5 – Escolaridade média da população do campo **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 6 – Tipologia Municipal **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 7 – Municípios que perderam a população entre os anos de 2017 e 2018
..... **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 8 – Municípios que perderam a população entre os anos de 2018 e 2019
..... **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 9 – Municípios que ganharam população entre os anos de 2018 e 2019 **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 10 – Províncias que perderam população entre 2000 e 2018 **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 11 – Províncias que perderam população em 2019 **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 12 – Despovoamento em cada Comunidade Autónoma entre os anos de 1998 e 2018. **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 13 – População de municípios com 1.000 habitantes..... **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 14 – Comunidades autônomas que ganharam e perderam população ... **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 15 – Acesso à internet no Brasil **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 16 – Usuários da internet na Espanha..... **Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo de políticas públicas no Brasil e Espanha ... **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 2 – Caracterização da situação em relação ao déficit em saneamento rural no Brasil **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 3 – Efeitos dos agrotóxicos **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 4 – Quadro comparativo entre cidades tradicionais e cidades inteligentes **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 5 – Comparativo do Marco Institucional da Política Urbana entre Espanha e Brasil **Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Balanço populacional**Erro! Indicador não definido.**
- Tabela 2 – População espanhola**Erro! Indicador não definido.**
- Tabela 3 – Comunidade de origem x comunidade de destino**Erro! Indicador não definido.**
- Tabela 4 – Exemplos de tipos de investimentos comunitários**Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrasco	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AICD	Associação Internacional para Desenvolvimento Comunitário
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AOL	América Online
APA	Áreas de Proteção Ambiental
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDB	Convenção de Diversidade Biológica
CIR	Cédula Imobiliária Rural
CMCTI	Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação
CNM	Confederação Nacional de Municípios
COR	Centro de Operações Rio
CPR	Cédula de Produto Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAF	Fundo de Aval Fraternal
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FBN	Fixação Biológica de Nitrogênio
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
GEEs	Gases de Efeito Estufa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCI	Iniciativa das Cidades e Comunidades Inteligentes da União Europeia
ICF/CIF	Fórum da Comunidade Inteligente
ICLEI	Governos Locais para a Sustentabilidade (Local Governments for Sustainability)
ILPF	Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
INE	Instituto Nacional de Estatística
IoT	Internet das Coisas (Internet of Things)
IPCC	Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas
ITR	Imposto Territorial Rural
LAG	Local Action Group (Grupo de Ação Local)
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
LOTAU	Lei do Ordenamento do Território e da Atividade Urbana
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Medida Provisória
NAU	Nova Agenda Urbana
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OIRESP Público	Observatório Internacional de Regulação de Entidades do Setor Público
OMM	Organização Meteorológica Mundial
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIDI	Plano Andaluz de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (Plan Andaluz de Investigación, Desarrollo e Innovación)
PAPs	Planos Agrícolas e Pecuários
PCA	Programa para Construção e Ampliação de Armazéns
PEC	Proposta de Emenda Constitucional

PECCI	Plano Estratégico Campinas Cidade Inteligente
PECTI	Plano Estratégico de Ciência, Tecnologia e Inovação
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PI	Produção Integrada
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRA	Programas de Regularização Ambiental
RBA	Rede Brasil Atual
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
Sisnama	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPD	Sistema Plantio Direto
SUS	Sistema Único de Saúde
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNEO	United Nations Environment Programme
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFCCC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 DIREITO À SUSTENTABILIDADE LOCAL: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA NECESSÁRIA CONCRETIZAÇÃO DA SUBSIDIARIEDADE NO MEIO RURAL Erro! Indicador não definido.	
2.1 A conceituação da sustentabilidade e seus pressupostos teóricos.....	Erro! Indicador não definido.
2.2 Sustentabilidade e subsidiariedade: uma interconexão necessária para a reinserção do espaço rural.....	Erro! Indicador não definido.
2.3 Espaço local e a ideia do convivialismo: uma releitura das potencialidades da sociedade no cotidiano rural.....	Erro! Indicador não definido.
2.4 A sustentabilidade e sua implementação como um direito subjetivo da comunidade no âmbito rural.....	Erro! Indicador não definido.
3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS, ESPAÇOS LOCAIS E GESTÃO MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DA CONJUNTURA BRASIL E ESPANHA	Erro! Indicador não definido.
3.1 Conceituação e principais aspectos das políticas públicas	Erro! Indicador não definido.
3.2 O poder local e a efetivação de políticas públicas	Erro! Indicador não definido.
3.3 Gestão municipal e suas principais características no Brasil e na Espanha	Erro! Indicador não definido.
3.4 Medidas de estímulo de políticas públicas rurais locais no Brasil e na Espanha	Erro! Indicador não definido.
4 MEIO AMBIENTE RURAL E OS PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E INSTITUCIONAIS NO BRASIL E NA ESPANHA	Erro! Indicador não definido.
4.1 Meio ambiente na zona rural e os problemas socioambientais: notas introdutórias.....	Erro! Indicador não definido.
4.2 Os problemas socioambientais enfrentados no âmbito agrícola brasileiro..	Erro! Indicador não definido.
4.3 A proposta de extinção e fusão de parcela dos municípios brasileiros e análise da PEC 188/2019	Erro! Indicador não definido.
4.4 O desafio da despovoação ou despovoamento no âmbito agrícola e os demais problemas socioambientais na Espanha.....	Erro! Indicador não definido.
5 SMART CITIES A SMART RURAL COMMUNITIES: OS CAMINHOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO	Erro! Indicador não definido.

- 5.1 Considerações sobre as *smart cities*.....**Erro! Indicador não definido.**
- 5.2 Das *smart cities* às *smart rural communities*: em busca de uma nova perspectiva.....**Erro! Indicador não definido.**
- 5.3 A implementação das *smart rural communities*...**Erro! Indicador não definido.**
- 5.4 As *smart rural communities* e a minimização da problemática socioambiental no Brasil e na Espanha: governança agrícola e espaço local**Erro! Indicador não definido.**

6 A SUSTENTABILIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS PARA IMPLEMENTAR AS SMART RURAL COMMUNITIES NO BRASIL E NA ESPANHA: POR UM NOVO EMPODERAMENTO SOCIAL RURALErro! Indicador não definido.

- 6.1 As *smart rural communities* e o possível enfrentamento dos problemas socioambientais na esfera local: possibilidades e assimetrias na atualidade ... **Erro! Indicador não definido.**
- 6.2 A gestão municipal das *smart rural communities* no Brasil e na Espanha como mecanismos de participação local e exequibilidade da sustentabilidade **Erro! Indicador não definido.**
- 6.2.1 *Planejamento estratégico rural*.....**Erro! Indicador não definido.**
- 6.2.2 *Plano diretor municipal rural*.....**Erro! Indicador não definido.**
- 6.2.3 *Zoneamento ambiental rural*.....**Erro! Indicador não definido.**
- 6.3 Diretrizes para proposta legislativa e guia de políticas públicas de implementação das *smart rural communities* e para a redução dos problemas socioambientais.....**Erro! Indicador não definido.**
- 6.3.1 *Guia de políticas públicas e suas diretrizes*...**Erro! Indicador não definido.**
- 6.3.2 *Diretrizes para uma proposta de projeto de lei***Erro! Indicador não definido.**
- 6.4 *Smart rural communities* e a viabilidade de um novo empoderamento social rural**Erro! Indicador não definido.**

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....Erro! Indicador não definido.

REFERÊNCIAS.....**28**

1 INTRODUÇÃO

Na presente tese, intitulada “As comunidades rurais inteligentes no Brasil e na Espanha: políticas públicas para assegurar o direito à sustentabilidade local e enfrentar os problemas socioambientais e a despovoação rural”, busca-se entender como é possível um novo modelo de vilas e ambientes rurais que permitam uma alternativa para se enfrentar os problemas socioambientais existentes nessa esfera – como a degradação ambiental e a despovoação ou despovoamento rural – e vislumbrar uma possibilidade de sustentabilidade na esfera local, viabilizando a criação de *smart rural communities*, a partir de um comparativo da América Latina (Brasil) com a Europa (Espanha). A partir disso, recorre-se ao Direito e às políticas públicas como elementos centrais de potencialização dessas premissas.

A pesquisa se pauta no estudo das *smart rural communities* e como o Direito permite minimizar os problemas no setor agrícola, problemas esses tidos como socioambientais, tais como a degradação ambiental, problemas sociais e a despovoação rural, os quais assolam as vilas e municípios rurais brasileiros e europeus, cada qual por motivos que serão apresentados. Com isso, utiliza-se como alternativa para implementar o direito à sustentabilidade local e a redução dos problemas socioambientais as *smart rural communities*, ou comunidades rurais inteligentes, que visam criar uma estrutura de gestão interligada por redes de comunicação, as quais permitem controlar as interfaces dos setores agrícolas, efetivando um ambiente colaborativo e propício para a vida no campo, permitindo a ecoeficiência e a redução da despovoação rural.

Hodiernamente, quando se trata de cidades inteligentes, pensa-se na utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em grandes cidades ou em bairros para minimizar os problemas socioambientais urbanos locais, entretanto, pode-se pensar essas estratégias no meio agrícola. No âmbito rural, o qual detém a produção agrícola e pecuária, é necessária a implementação das *smart agro* ou *smart rural communities*, para permitir uma agricultura e uma pecuária de precisão, com vilas ou locais conectados, no intuito de aumentar a produtividade e implementar novas formas de produção, como, por exemplo, o turismo inteligente, as redes colaborativas de empreendedorismo e as plataformas *on-line* de gerenciamento administrativo e produtivo.

Como alternativa para o direito à sustentabilidade local voltada para a ideia social e ecológica, utiliza-se a concepção de cidades inteligentes ou *smart cities*, ou seja, cidades que conjugam o desenvolvimento humano, o meio ambiente e as comunicações digitais e tecnológicas, com o intuito de tornar o meio agrícola ecoeficiente, além de uma produção sustentável e uma economia com finalidade colaborativa, que permita aumentar os meios de produção e reduzir o problema advindo da despovoação.

Esta tese discorre sobre a articulação do meio agrícola de forma sustentável e colaborativa no Brasil e na Espanha, países onde as *smart cities* podem ser uma alternativa, principalmente na esfera local, de construção de uma tese propositiva para a redefinição do meio rural através da criação das *smart rural communities*. Portanto, no presente trabalho, a proposição de alternativa de criação das *smart cities* se dará em áreas rurais, as quais serão denominadas *smart rural communities*, de modo que a população local pode ser incentivada e conscientizada do uso, da delimitação e da forma de utilização de dados e das TICs como meio de melhorar a mobilidade rural e minimizar os demais problemas socioambientais existentes nesse contexto. Os aspectos tecnológicos abordados na tese se referem a uma tecnologia agregadora que vise às pessoas no campo, tanto proprietário quanto trabalhador, além de uma preocupação ambiental, não sendo uma tecnologia voltada apenas à tecnização do âmbito rural. Com base nesse estudo, realizar-se-á um comparativo com a Espanha no que se refere ao problema da despovoação no âmbito agrícola e na utilização de modelos e alternativas de implementação, seja por lei ou por políticas públicas.

Quando se pensa na utilização de comunidades inteligentes rurais, permite-se implementar uma série de vantagens através do uso de novas tecnologias, tanto na agricultura quanto na pecuária, nos pequenos municípios, fato que poderia reduzir a despovoação agrícola. Como viabilidade para o problema apresentado, pode-se observar que as *smart rural communities* comportam o avanço de processos de produção, distribuição e melhoramento de tarefas humanas, inclusive aumentando empregos na esfera local agrícola. Também possibilitam o aumento da produtividade através da utilização de tecnologias de precisão, promovendo uma cultura empreendedora e colaborativa nessas áreas, com o uso de ferramentas que sejam adequadas ao trabalho que será desenvolvido.

Assim, justifica-se a utilização das *smart rural communities* através do estudo das *smart cities*, verificando projetos que levam à sua implementação e comprovam que elas são viáveis no Brasil e na Espanha, além de evidenciar de que forma elas podem contribuir para a minimização dos problemas socioambientais e para o direito à sustentabilidade.

Com isso, pode-se observar que é possível, no Brasil e na Espanha, implementar as *smart rural communities* como meio de solucionar alguns problemas prementes, como a despovoação agrícola e a utilização de agrotóxicos, além de possibilitar o melhoramento da agricultura e pecuária, o aumento e a qualidade de empregos nesse setor, a melhora da qualidade de vida dos produtores, a implementação de ambientes colaborativos e cooperativos e a utilização das áreas rurais para o turismo, como viabilidade de outra forma de negócio.

Para verificar a viabilidade de implementação das *smart rural communities*, far-se-á um estudo no meio agrícola com o intuito de propor um projeto de lei e um guia de políticas públicas que sejam uma alternativa de melhoria diante dos problemas existentes nesse setor. Conforme observado, é possível criar modelos de articulação territorial, na distribuição de atividades econômicas e de emprego, ou na preservação e conservação de ambientes rurais brasileiros, onde as políticas públicas podem ser um caminho para se atingir o direito à sustentabilidade local.

Por fim, apresentar-se-ão possíveis soluções para os problemas jurídicos específicos que possam surgir no processo de implementação das medidas anteriormente confrontadas. Para tal, constroem-se diretrizes de uma proposta legislativa para o Brasil e a Espanha, juntamente com diretrizes para um guia de políticas públicas, com o intuito de buscar novas possibilidades de soluções para a problemática exposta.

O tema propõe estudar as *smart cities* e sua correlação com a preservação de ambientes sustentáveis rurais do Brasil e da Espanha, para a potencialização das *smart rural communities*, ou comunidades rurais inteligentes, e o combate à despovoação rural por intermédio do Direito e das políticas públicas.

A delimitação do tema observa os pressupostos das cidades inteligentes, ou *smart cities*, como elemento estruturante para a implementação das *smart rural communities*, a fim de atingir a sustentabilidade local e combater a despovoação rural no Brasil e na Espanha, tendo como base o Direito e as políticas públicas. Para a presente pesquisa, utilizar-se-á o marco temporal de dois anos entre 2018 e 2019,

sendo pesquisados os países Brasil e Espanha, no que se refere às possibilidades e perspectivas das comunidades rurais – pequenas cidades – serem uma estratégia para reverter a despovoação rural. Nessa situação, trata-se de reorganização e refundação do Estado, a fim de evitar e minimizar o problema da despovoação rural e a crise socioambiental.

O foco principal da pesquisa é o estudo das *smart rural communities*, observando as assimetrias e potencialidades do direito à sustentabilidade no espaço local agrícola, além de buscar alternativas para resolver os problemas socioambientais existentes na América Latina e na Europa, seja pelo Direito ou pelas políticas públicas.

O problema desta tese leva em consideração as vicissitudes do meio ambiente rural – com ênfase para a despovoação –, no qual os problemas socioambientais se agravam e precisam ser minimizados, e as *smart cities*, ou cidades inteligentes, se revelam como um pressuposto estruturante a ser aplicado à esfera rural para a criação das comunidades rurais inteligentes. Assim, questiona-se: De que forma os elementos das *smart cities* servem de base jurídica e institucional para a implementação das *smart rural communities*, a fim de atingir a sustentabilidade local e combater a despovoação rural no Brasil e na Espanha, por intermédio do Direito e das políticas públicas?

Como hipótese principal, a ser comprovada, tem-se o fato de compreender como os elementos constitutivos das *smart cities* servem de base jurídica e institucional para se implementar as *smart rural communities*, a fim de atingir a sustentabilidade local e combater a despovoação rural, tanto no Brasil quanto na Espanha, por intermédio do Direito, seja por um projeto de lei ou pela administração através de um guia de políticas públicas.

Como objetivos específicos, tem-se: a) realizar um estudo comparado entre Brasil e Espanha no que se refere ao problema da despovoação no âmbito rural, enfatizando as questões socioambientais; b) estudar as políticas públicas e o poder local, a fim de buscar uma alternativa ao problema apresentado, sendo o foco central a despovoação rural e a viabilidade de atingir a sustentabilidade; c) analisar a sustentabilidade e como implementá-la no espaço local/rural, notadamente no Brasil e na Espanha; d) examinar o que são as *smart cities*, ou cidades inteligentes, e como estas podem viabilizar as *smart rural communities* no Brasil e na Europa, notadamente na Espanha; e) apresentar uma proposta legislativa e um guia de

políticas públicas, a fim de vislumbrar de que maneira o Direito e as políticas públicas locais podem contribuir para a implementação das *smart rural communities* e para a geração de locais sustentáveis, produtivos e colaborativos, por meio do uso das TICs.

O presente trabalho está inserido na área de concentração do Doutorado em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul, denominada Direitos Sociais e Políticas Públicas, especialmente no eixo temático relativo a Dimensões Instrumentais das Políticas Públicas. A linha de pesquisa do orientador está implementada na linha “Gestão local e políticas públicas”, constituindo um espaço de estudo de políticas públicas e poder local, enfatizando a repartição de competências entre os entes federativos. Com isso, conduz-se a alternativas voltadas à cidadania e à sustentabilidade local, de modo que o poder local possa implementar a mobilidade rural nos campos, fazendo com que o Direito possa almejar uma nova face na sociedade brasileira. Essas comunidades integram os cidadãos com o meio ambiente, sendo um fenômeno rural moderno, no qual se pode enfrentar os problemas socioambientais e potencializar a sustentabilidade local. Dessa forma, com o uso da tecnologia da informação e a preocupação com os aspectos inerentes ao desenvolvimento humano e social do campo, é possível encontrar uma forma de habitar e conviver nesse meio, além de buscar uma alternativa de proteção para o meio ambiente, permitindo a implementação da sustentabilidade na esfera local.

Em relação ao professor orientador, Pós-Dr. Ricardo Hermany, ligado à linha de pesquisa descrita, o presente trabalho está inserido no projeto de pesquisa inscrito na UNISC, 345656, “As potencialidades do Federalismo cooperativo face às assimetrias do poder local brasileiro”, a partir do qual se fará um estudo do federalismo cooperativo e da sustentabilidade no âmbito local.

Já o professor coorientador, Dr. Luis Miguez Macho, que atua no Departamento de Direito Administrativo na Universidade de Santiago de Compostela, tem sua pesquisa ligada às seguintes áreas: Direito Local, Procedimento Administrativo, Estatuto Jurídico do Sector Público, Serviços Públicos, Compras Públicas, Intervenção Administrativa nas Atividades Econômicas, Direito Urbanístico. O Brasil e a Espanha possuem problemas estruturais muito semelhantes, principalmente no que se refere às questões ambientais e sociais. Considerando tais semelhanças, através do *Observatorio Internacional da*

Regulación das Entidades do Sector Público (Oiresp), sediado na Espanha, foi possível a aproximação da pesquisa, o que levou à coorientação.

O foco principal da pesquisa é o estudo das *smart rural communities*, observando as assimetrias e potencialidades do direito à sustentabilidade no espaço local agrícola, além de buscar alternativas para resolver os problemas socioambientais existentes no Brasil e na Espanha, seja pelo Direito ou pelas políticas públicas.

Esta tese tem como base a pesquisa exploratória, cujo objetivo principal é proporcionar uma familiaridade maior com o tema que está sendo estudado e debatido. Para tanto, utilizou como procedimento técnico o levantamento de dados bibliográficos e estatísticos retirados dos principais indicadores socioambientais brasileiros e espanhóis. Essa análise foi feita através do estudo jurídico e social, no qual se buscou verificar se as comunidades inteligentes ou *smart rural communities* são uma alternativa para o enfrentamento do problema do meio rural e podem permitir a sustentabilidade local, tendo como intuito um estudo entre o Brasil e a Espanha. Portanto, o método de procedimento estudado é o monográfico¹, o qual busca um estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, tendo como finalidade a obtenção de generalizações, através da abordagem analítica, na qual se faz a análise dos dados, e a técnica de pesquisa bibliográfica, realizada com base no estudo de bibliografias acerca do tema proposto.

A presente tese está dividida em cinco capítulos, os quais demonstram os problemas existentes no Brasil e na Espanha e, posteriormente, buscam a resolução das hipóteses estabelecidas de forma afirmativa.

No primeiro capítulo, reflete-se e se pesquisa sobre a sustentabilidade e como esta pode ser inserida nas comunidades inteligentes e, conseqüentemente, implementada nos espaços locais. Neste trabalho, a sustentabilidade é interpretada como um direito de todos e um dever de garantia do Estado e da comunidade, seja no Brasil ou na Espanha, países de análise da presente tese. Pretende-se verificar como a sustentabilidade pode ser implementada em uma sociedade capitalista que maximiza o lucro e minimiza questões sociais e ambientais. Neste capítulo, o autor

¹ “O estudo monográfico pode, também, em vez de se concentrar em um aspecto, abranger o conjunto de atividades de um grupo social particular. A vantagem do método consiste em respeitar a ‘totalidade solidária’ dos grupos, ao estudar, em primeiro lugar, a vida do grupo na sua unidade concreta, evitando, portanto, a prematura dissociação de seus elementos” (LAKATOS, 2001, p. 108).

de base a ser utilizado foi Ignacy Sachs (1993; 2002), que apresenta os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

A primeira seção tem o objetivo de conceituar a sustentabilidade, verificando as suas diversas dimensões e apresentando as diferentes concepções que os autores escolhidos possuem acerca do tema. Primeiramente, analisa-se o ser humano para, posteriormente, verificar como este lida com o progresso e o lucro no sistema capitalista. Além disso, estuda-se a digressão temporal do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade, com o intuito de compreender como será possível aplicá-la em uma sociedade que se pauta em questões econômicas. Na segunda seção, discute-se acerca da sustentabilidade e da subsidiariedade e a interconexão necessária para a reinserção do espaço rural, verificando como é possível essa ligação e como ela permite a implementação de políticas públicas locais que sejam pautadas na cidadania, na participação, na democracia e na solidariedade. Já na terceira seção, estuda-se como se pode implementar as ideias do movimento convivialista no espaço rural, para que se tenha uma releitura do cotidiano rural.

Por fim, na quarta seção da tese, examina-se a sustentabilidade no âmbito rural, tanto no Brasil quanto na Espanha, a fim de estudar os dados apresentados para que se consiga implementar os pilares da sustentabilidade, de forma a garanti-la como um direito nesses países. Para isso, apresenta-se como os países em comento implementam, de maneira abreviada, a sustentabilidade e que tipos de políticas públicas locais são utilizadas dentro desse aspecto. Também se perquire como é possível implantar o direito à sustentabilidade no âmbito rural como um direito do cidadão para o fortalecimento do poder local, tanto no Brasil como na Espanha. Nessa seção, ressaltam-se determinadas alternativas para que se atinja a sustentabilidade na esfera rural, sendo que estas podem trazer uma nova visão que concretizará uma nova racionalidade acerca do tema, tanto para os produtores, como para as empresas, os governantes e a sociedade.

O segundo capítulo avalia as políticas públicas nos espaços locais e pretende demonstrar como elas podem minimizar os problemas estruturais do Brasil e da Espanha, os quais são apresentados nesta tese. As políticas públicas precisam ser estudadas com o objetivo de verificar como podem auxiliar a implementação das *smart rural communities* e permitir a participação dos cidadãos na esfera local, sendo uma viabilidade para a resolução ou minimização dos problemas

apresentados. Para esse capítulo, os autores utilizados como fonte principal são Martins (2003), Bucci (2006), Parsons (2007) e Souza (2006).

Na primeira seção, conceitualizam-se as políticas públicas através da visão de diversos autores, com o intuito de examinar os seus principais aspectos e sua importância para a tese. Além disso, averigua-se como tais políticas públicas são operacionalizadas, elaboradas e fiscalizadas pela estrutura local, a fim de serem utilizadas nas *smart rural communities*.

Já na segunda seção do Capítulo 2, estuda-se o espaço local, sua influência na sociedade e como ele pode auxiliar a implementação e a operacionalização das políticas públicas no âmbito rural. A investigação do espaço local é um concretizador da democracia participativa e da cidadania, o que permite a participação das pessoas no destino das comunidades, levando a um sentimento de pertencimento e, com isso, possibilitando aferir quais são os problemas da comunidade inteligente local e, a partir disso, efetivar alternativas de solução e minimização de tais problemas.

Na terceira seção, examinam-se os municípios e sua tipologia, seja ela rural ou urbana, uma vez que se pretende compreender como as políticas públicas podem ser implementadas no âmbito dessas localidades. O estudo compreende a análise comparativa dos países Brasil e Espanha, sendo que os dados do país europeu estão traduzidos em língua portuguesa para melhor compreensão. Além disso, aborda-se a gestão municipal e sua importância para a concretização de políticas públicas locais, as quais podem ser melhores implementadas e fiscalizadas dentro dessa esfera.

Por fim, na quarta seção, indaga-se sobre a viabilidade das políticas públicas locais no âmbito rural, no Brasil e na Espanha, objetivando encontrar uma alternativa para a resolução do problema de pesquisa desta tese. Por isso, nesta seção são analisadas essas políticas locais para, ao final do trabalho, criar diretrizes para a implementação de um guia de políticas públicas e, conseqüentemente, uma alternativa para os problemas socioambientais brasileiros e espanhóis.

No terceiro capítulo, estuda-se o meio ambiente rural e suas principais características, questões e impasses relacionados ao Brasil e à Espanha. Nesse capítulo, apresenta-se um estudo estatístico e baseado em diversas referências sobre a temática, não tendo um autor de base específico. Na primeira seção, investiga-se o meio ambiente nas zonas rurais do Brasil e da Espanha, verificando

suas principais características, além de analisar os problemas socioambientais que existem e como estes vão ocorrer na sociedade e no meio ambiente. Essa seção se configura como explicativa e introdutória, com a finalidade de demonstrar a função do meio ambiente urbano.

Já na segunda seção, avaliam-se os problemas socioambientais existentes no Brasil e que se destacam na zona rural. Desse modo, verifica-se a diversidade de problemas existentes, desde a desigualdade social, a pobreza, a ausência de direitos fundamentais básicos, até o êxodo rural, juntamente com os conflitos por terra existentes no Brasil. Outras questões são abordadas na seção, tais como o estudo do desmatamento e dos efeitos dos agrotóxicos na zona rural brasileira. Ainda, pesquisa-se sobre as legislações que contemplam o meio agrícola para, hodiernamente, verificar se estas têm aplicabilidade na área rural brasileira. Em um terceiro momento, faz-se uma investigação sobre a PEC 188/19, que objetiva a extinção de determinadas estruturas municipais no país, demonstrando os aspectos negativos dessa PEC.

Por fim, na última seção, pesquisa-se o problema da despovoação ou despovoamento no âmbito rural espanhol. Para tal, utilizam-se dados estatísticos, os quais foram traduzidos para a língua portuguesa, a fim de comprovar os problemas que o país enfrenta. Também nessa seção, apresentam-se outras problemáticas que a Espanha enfrenta e, com isso, pretende-se encontrar alternativas para a minimização dos problemas existentes no país.

O quarto capítulo tem como objeto de estudo as *smart cities*, ou cidades inteligentes, verificando suas principais características e aspectos para, posteriormente, utilizar suas estruturas e implementá-las no âmbito agrícola através das *smart rural communities*, com o objetivo de minimizar os problemas socioambientais apresentados na tese. Para este capítulo, foram utilizados alguns autores de base como Picon (2015), Dameri (2017), Fanaya (2016), Stratigea (2012), Miguez Macho (2019), entre outros, a fim de construir a base de pensamento da tese. Na primeira seção, busca-se analisar o contexto das *smart cities*, verificando a forma de implementação, os conceitos, o desenvolvimento e a articulação dessas cidades inteligentes na atualidade em contexto global. Apresentam-se possíveis exemplos de implementação dessas cidades no mundo e no Brasil, para verificar sua eficiência e eficácia e qual o resultado dessa implementação.

Em seguida, na segunda seção, visa-se compreender como é possível fazer a ampliação das *smart cities* para as comunidades rurais inteligentes, ou seja, para as *smart rural communities*, assim denominadas. Desse modo, verifica-se como as *smart rural communities* podem ser uma viabilidade para a minimização, ou mesmo a resolução, dos problemas socioambientais brasileiros e espanhóis, apresentados no presente trabalho. Por fim, investiga-se como as *smart rural communities* podem ser uma alternativa para a consolidação do poder local nesses países.

Na terceira seção, examina-se como se dá a implementação das *smart rural communities*, cujos pressupostos sejam o poder local, as políticas públicas e a sustentabilidade. Já na última seção da tese, examina-se como as *smart rural communities* permitem minimizar os problemas socioambientais predominantes no Brasil e na Espanha, consistindo em um espaço de governança agrícola e poder local e oportunizando um entrelaçamento destes com a sustentabilidade.

No Capítulo 5, tem-se como objetivo verificar a viabilidade de responder o problema apresentado na tese, de forma a averiguar como as políticas públicas locais e o Direito, através de sua legislação, podem implementar a efetivação das *smart rural communities* no Brasil e na Espanha. No que se refere a esse capítulo e sua base teórica, este partiu de várias referências de autores estrangeiros para a comprovação da hipótese da tese, tais como Péres Useche (2018), García Novoa e Santiago Iglesias (2018), Tomàs Fornés (2018), Bottino (2018) e Aguado I. Cudolá (2018). Na primeira seção, analisam-se as possibilidades e as assimetrias da criação das *smart rural communities* no Brasil e na Espanha, verificando como se pode enfrentar os problemas socioambientais.

Já na segunda seção, avalia-se a gestão municipal na eficiência e eficácia das comunidades inteligentes e o direito à sustentabilidade, juntamente com os mecanismos de participação local. Primeiramente, apresenta-se um planejamento estratégico rural, o qual tem a função precípua de organizar as comunidades inteligentes, a partir de diretrizes tratadas que permitirão o funcionamento de um plano diretor rural, o qual também será objeto de estudo. No caso do plano diretor, este apresentará uma série de diretrizes e normas que permitirão a organização das comunidades inteligentes. Para viabilizar o direito à sustentabilidade, completa-se o plano diretor com o zoneamento ambiental rural e, com isso, mostra-se como a gestão municipal deve proceder para que as comunidades rurais inteligentes possam realmente funcionar, seja no Brasil ou na Espanha.

Na última seção, apresentam-se diretrizes para o estabelecimento de um guia de políticas públicas e de uma proposta de projeto de lei, a fim de dimensionar algumas alternativas e estratégias que poderão ser utilizadas tanto pelo Brasil como pela Espanha. Finalmente, na quarta seção, insere-se a análise de como as *smart rural communities* podem ser um novo caminho para o empoderamento social rural.

Por fim, demonstra-se que as *smart rural communities*, através de uma gestão municipal organizada e preocupada com os problemas socioambientais rurais, aliada à participação das populações locais e à implementação do direito à sustentabilidade em seu tripé – econômico, social e ambiental – podem ser o caminho para a retomada de um novo modelo de comunidade, o qual possibilita novas estratégias e nova racionalidade, tanto aos cidadãos quanto aos governantes.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto; GUDYNAS, Eduardo. El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. *In: ROJAS, Mariano (Coord.) La medición del progreso y bienestar. propuestas desde América Latina.* México: Foro Consultivo Científico y Tecnológico, 2011.
- ADAM-HERNÁNDEZ, Alistair; HARTEISEN, Ulrich. *A Proposed Framework for Rural Resilience – How can peripheral village communities in Europe shape change?* Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural y Journal of Depopulation and Rural Development Studies. ISSN 1578-7168, N.º. 28, 2020, p. 7-42. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7275030>. Acesso em: 09 jun. 2020.
- AGEITEC. Agência Embrapa de Informação e Tecnologia. Renata Torrezan. *Árvore do conhecimento.* Tecnologia de Alimentos. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/tecnologia_de_alimentos/arvore/CON T000fi7nk4h802wyiv80mr28rzsom2nj4.html. Acesso em: 14 abr. 2020.
- AGÊNCIA BRASIL. *Quase 90% dos brasileiros consideram saúde péssima, ruim ou regular.* Paula Laboissière. Publicado em 26/06/2018. Brasília. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-06/para-89-dos-brasileiros-saude-e-considerada-pessima-ruim-ou-regular>. Acesso em: 28 fev. 2020.
- AGUADO I. CUDOLÁ, Vicenç. Los servicios de interés general en la ciudad inteligente: ¿Una prestación más eficiente a costa de mayores desigualdades sociales? *In: AGUADO I. CUDOLÁ, Vicenç; PARISIO, Vera; CASANOVAZ I. IBÁÑEZ, Óscar. El derecho a la ciudad: Smart Cities.* Barcelona: Atelier, 2018.
- ALBERDI COLLANTES, Juan Cruz. *Agricultura ecológica y de proximidad como herramienta para el desarrollo rural: el ejemplo de San Sebastián.* Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural - Journal of Depopulation and Rural Development Studies. ISSN 1578-7168, n.º 24, 2018, p. 191-224. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6399269>. Acesso em: 07 jun. 2020.
- ALBERTIN, Alberto Luiz; ALBERTIN, Rosa Maria de Moura. *Estratégia de governança de tecnologia de informação: estrutura e práticas.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- ALCÂNTARA, Lucio. *Poder local: gestão Municipal.* Coleção Responsabilidade Social. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2001.
- ALMEIDA, Magda Moura; FLOSS, Mayara; TARGA, Leonardo Vieira; WYNN-JONES, John; CHATER, Alan Bruce. *Está na hora do treinamento em saúde rural para médicos de família no Brasil!* Revista Brasileira de Medicina de Família e

Comunidade, v. 13, n. 40, p. 1-4, 30 abr. 2018. Disponível em: <https://www.rbmf.org.br/rbmfc/article/view/1696/902>. Acesso em: 29 fev. 2020.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. *Territorial inequalities: depopulation and local development policies in the Portuguese rural world*. Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural y Journal of Depopulation and Rural Development Studies. 2017, p. 61-87. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/13053>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ANDALUZIA. *Acordo da Mesa do Parlamento de Andalucía*. Disponível em: <http://www.parlamentodeandalucia.es/webdinamica/portal-web-parlamento/pdf.do?tipodoc=bopa&id=43213#PAGE=43>. Acesso em: 16 maio 2020.

ANTONIAZZI, Sandra. *Smart city nell'esperienza taliana: l'intreccio di riferimenti normativi, di competenze degli enti territoriali e il ruolo delle società di gestione di servizi pubblici*. In: AGUADO I. CUDOLÁ, Vicenç; PARISIO, Vera; CASANOVAZ I. IBÁÑEZ, Óscar. *El derecho a la ciudad: Smart Cities*. Barcelona: Atelier, 2018.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO. 2019. *Todos pela educação*. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf. Acesso em: 28 fev. 2020.

ANVISA. *Anvisa aprova marco regulatório dos agrotóxicos*. Publicado em 23/07/2019 - 14:38 Por Pedro Peduzzi – Brasília. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-07/anvisa-aprova-marco-regulatorio-dos-agrotoxicos>. Acesso em: 26 fev. 2020.

ARAÚJO, Massilon J. *Fundamentos de agronegócios*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARRETCHE, Marta. *Mitos da descentralização*. Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? Revista brasileira de ciências sociais, 1996. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs31_03.pdf. Acesso em: 22 maio 2020.

ARZABE-MASSA, Patrícia Helena. Dimensões jurídicas das políticas públicas. In: BUCCI, Maria Paula Dallari. *Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 51-73.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. *O princípio de subsidiariedade*. Conceito e evolução. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio ambiente*. As estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BARCELLOS, Marcia Dutra de; SAAB, Maria Stella de Melo; NEVES, Marcos Fava. O comportamento do consumidor de alimentos: marketing e estratégias do agronegócio. In: DÖRR, Andréa Cristina; GUSE, Jaqueline Carla; FREITAS, Luiz Antônio Rossi de (Org.). *Agronegócios: desafios e oportunidades da nova economia*. Curitiba: Appris, 2013, p. 221.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BINKOWSKI, Patrícia. *Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

BODNAR, Zenildo. *A sustentabilidade por meio do direito e da jurisdição*. Revista Jurídica Cesumar, v. 11, n. 1, p. 325-343, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/download/1885/1262/>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BONETI, Lindomar Wessler. *Políticas públicas por dentro*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BORJA, J.; Castells, M. *Local y global*. Barcelona: Taurus, 1997.

BOSELNANN, Klaus. *O princípio da sustentabilidade: transformando direito e governança*. Tradução Phillip Gil França. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BOTTINO, Gabriele. *Democrazia e partecipazione digitale, nella gestione e nell'uso dei servizi locali do interesse economico generale: brevi considerazione*. In: AGUADO I. CUDOLÁ, Vicenç; PARISIO, Vera; CASANOVAZ I. IBÁÑEZ, Óscar. *El derecho a la ciudad: Smart Cities*. Barcelona: Atelier, 2018.

BRANCO, Samuel Murgel. *Conflitos conceituais nos estudos sobre o meio ambiente*. Estudos Avançados. 1995, v. 9, n. 23. São Paulo, jan./abr.. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a14.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2020.

BRASIL, Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural Brasil*. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf. Acesso em: 02 jun. 2020.

_____. Câmara dos Deputados. *Busca sobre inteligência artificial*. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaGeral&pagina=1&order=relevancia&abaEspecificas=fals e&filtros=%5B%7B%22ano%22%3A2020%7D%5D&q=inteligencia%20artificial>. Acesso em: 14 jun. 2020.

_____. Câmara dos Deputados. *Projeto cria marco legal para uso de inteligência artificial no Brasil*. 04/03/2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/641927-projeto-cria-marco-legal-para-uso-de-inteligencia-artificial-no-brasil/>. Acesso em: 14 jun. 2020.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.Htm. Acesso em 07 abr. 2019.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. CAR. Cadastro ambiental rural. *O que é o Cadastro Ambiental Rural (CAR)*. 2016. Disponível em: http://www.florestal.gov.br/inventario-florestal-nacional/?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=94. Acesso em: 08 abr. 2020.

_____. Ministério do Meio Ambiente – MMA. *Desenvolvimento Rural*. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural.html>. Acesso em: 07 de set. 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente – MMA. *Sistema Nacional do Meio Ambiente*. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/sistema-nacional-do-meio-ambiente>. Acesso em: 25 fev. 2020.

_____. Senado Federal. *Busca sobre inteligência artificial*. 2020. Disponível em: <https://www6g.senado.leg.br/busca/?portal=Atividade+Legislativa&q=projetos+de+lei+inteligencia+artificial+2020>. Acesso em: 14 jun. 2020.

_____. Senado Federal. *CCT debate implantação de cidades inteligentes no Brasil*. 02/12/2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/02/cct-debate-implantacao-de-cidades-inteligentes-no-brasil>. Acesso em: 14 jun. 2020.

_____. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 138, de 2020*. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/140535>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *O conceito de política pública em direito*. In: BUCCI, Maria Paula Dallari. *Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 01-49.

_____. *Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAILLÉ, Alain. Quelques réponses à.... *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 269-275, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

CAILLÉ, Alain; CHANIAL, Philippe. Présentation. *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 05-22, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

CALEGARI, Alessandro. *Smart Cities e pianificazione urbanistica “intelligente”*. In: AGUADO I. CUDOLÁ, Vicenç; PARISIO, Vera; CASANOVAS I. IBÁÑEZ, Óscar. *El derecho a la ciudad: Smart Cities*. Barcelona: Atelier, 2018.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campos. *Dossiê ABRASCO: Um alerta*

sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, Carlos Gomes de. *O que é Direito Ambiental: dos descaminhos da casa à Harmonia da Nave*. Florianópolis: Habitus, 2003.

CAVALCANTI, Clovis. *Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos da realização econômica*. In: CAVALCANTI, Clovis (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CEARÁ. *Lei nº 4.867*, de 11 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.juazeiro.ce.gov.br/Imprensa/Diario-Oficial/Num4762-14062018/>. Acesso em: 14 jun. 2020.

CECHIN, Andrei; VEIGA, José Eli da. O fundamento central da economia ecológica. In: MAY, Peter H (org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CERRILLO MARTÍNEZ, Agustí. *Los servicios de la ciudad inteligente*. XV Congreso de la Asociación Española de Profesores de Derecho Administrativo. 07 y 08 de febrero de 2020. Disponível em: <https://agenda.uib.es/36752/programme/xv-congreso-de-la-asociacion-espanola-de-profesores-de-derecho-administrativo.html>. Acesso em: 27 março 2020.

CES Next. Centro de Educación Superior – NEXT. *Los jóvenes y las mujeres, sectores clave de la sociedad para evitar la despoblación*. Disponível em: <https://www.cesnext.com/los-jovenes-y-las-mujeres-sectores-clave-de-la-sociedad-para-evitar-la-despoblacion/>. Acesso em: 16 fev. 2020.

_____. Centro de Educación Superior – NEXT. *Os desafios da Espanha ante o despovoamento*. 2019. Disponível em: <https://www.nextibs.com.br/os-desafios-da-espanha-ante-o-despovoamento/>. Acesso em: 16 fev. 2020.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. *Cerca de 60% dos Municípios são rurais, diz IBGE*. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cerca-de-60-dos-municipios-sao-rurais-diz-ibge>. Acesso em: 16 fev. 2020.

_____. Confederação Nacional de Municípios. *Conectividade nos Municípios: CNM pede apoio técnico e financeiro à Câmara Cidades 4.0*. 16.06.2020. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/conectividade-nos-municipios-cnm-pede-apoio-tecnico-e-financeiro-a-camara-cidades-4-0>. Acesso em: 12 jun. 2020.

_____. Confederação Nacional de Municípios. *Estudo sobre a proposta de extinção de Municípios (PEC 118/2019)*. 2019a. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ESTUDO%20As_consequencias_extincao_de_municipios.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. Confederação Nacional de Municípios. *Juazeiro do Norte (CE) é o primeiro Município a aprovar lei relacionada às cidades inteligentes*. 13/02/2019. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/juazeiro-do-norte-ce-e-o-primeiro>

municipio-a-aprovar-lei-relacionada-as-cidades-inteligentes. Acesso em: 14 jun. 2020

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Assassinatos 2017*. Fonte: Centro de documentação Dom Tomás Balduino, 06/04/2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/60-dados-2017/14074-assassinatos-conflitos-no-campo-2017-cpt-assessoria-de-comunicacao?Itemid=0>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

COMPARATO, Fábio Konder. *Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas*. Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 35 n. 138 abr./jun. 1998. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/364>. Acesso em: 22 maio 2020.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. *Segurança alimentar e nutricional*. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/seguranca-alimentar-e-nutricional/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

CONSTRUCT. *Smart City: as 7 cidades mais inteligentes do mundo*. Disponível em: <https://constructapp.io/pt/smart-city-cidades-mais-inteligentes/>. Acesso em: 02 set. 2019.

CORTES DE CASTELA E LEON. Resolución da Presidencia de 3 de decembro de 2009 sobre "*Normas sobre o procedemento de control da aplicación do principio de subsidiariedade nos proxectos de acto legislativo da Unión Europea*". Disponível em: <http://www.parlamentodegalicia.com/sitios/web/bibliotecahoxenoparlamento/xornadas-subsidiariedade-web.pdf>.

CORTES DE CASTILLA- LA MANCHA. *Resolución de carácter general de la Presidencia de las Cortes de Castilla-La Mancha, por la que se dictan normas para el control del principio de subsidiariedad en las propuestas legislativas de la Unión Europea*, expediente 07/OTN-00008. Disponível em: https://www.cortesclm.es/paginas/acuerdos/resolucion_7leg_6.php. Acesso em: 16 maio 2020.

CORTESE, Tatiana Tucunduva Philippi; PASCHOALIN FILHO, João Alexandre; FARIA, Ana Cristina de; RIBEIRO, Andreza Portella. Sustentabilidade nas construções: a necessidade de discussão deste novo paradigma. In.: CORTESE, Tatiana Tucunduva Philippi; KNISS, Cláudia Terezinha; MACCARI, Emerson Antonio. *Cidades inteligentes e sustentáveis*. Barueri – SP: Manole, 2017.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; REIS, Suséte da Silva. *Espaço local, cidadania e inclusão social: perspectivas a partir das políticas públicas educacionais*. Revista Brasileira de Direito, IMED, v. 7, n. 2, jul./dez. 2011 - ISSN 2238-0604.

CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo; MONTORO, Fernando Antonio Franco; BIO, Sílvia Rodrigues; VIANA, Manuela Trindade; CRAVEIRO, Sílvia da Silva; CASTRO, Talita Pereira de. Gestão pública municipal no Estado de São Paulo: elementos para um olhar analítico. In.: VELLOSO, João Francisco Alves; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; VIEIRA, Roberta da Silva; MIRANDA, Rogério Boueri. *Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras*. Brasília: Ipea, 2011.

CRUZ, Paulo Márcio; REAL FERRER, Gabriel. *Direito, Sustentabilidade e a Premissa Tecnológica como Ampliação de seus Fundamentos*. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, v. 36, n. 71, p. 239, dez. 2015. ISSN 2177-7055. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2015v36n71p239/30798>. Acesso em: 01 set. 2019.

DAMERI, Renata Paola. *Smart City Implementation*. Creating Economic and Public Value in Innovative Urban Systems. Springer. Library of Congress Control Number: 2016950395. 2017.

DE BONIS, Luciano; TRAPANI, Ferdinando. For a “Living (Lab)” Approach to Smart Cities. In.: SANSEVERINO, Eleonora Riva; SANSEVERINO, Raffaella Riva. VACCARO, Valentina. *Smart Cities Atlas*. Western and Eastern Intelligent Communities. Cham, Switzerland: Springer Tracts in Civil Engineering. Library of Congress Control Number: 2016952913, 2017.

Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972. Documento também conhecido como Declaração de Estocolmo. Disponível em: https://www.apambiente.pt/_zdata/Politicadas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf. Acesso em: 07 abr. 2019.

DERANI, Cristiane. *Políticas Públicas e a norma política direito*. In: BUCCI, Maria Paula Dallari. *Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 131-142.

DEWEY, John. *Democracia cooperativa: escritos políticos escolhidos de John Dewey: 1927-1993*. Augusto de Franco; Thamy P. (org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

DOCUMENTOS TEMÁTICOS DA HABITAT III. *Cidades Inteligentes*. Nova York, dia 31 de maio de 2015. Disponível em: http://habitat3.org/wp-content/uploads/21-Cidades-Inteligentes_final.pdf. Acesso em: 28 mar. 2020.

DONATI, Daniele. *Le città collaborative: forme, garanzie e limiti delle relazioni orizzontali*. Istituzioni del Federalismo. Rivista di studi giuridici e politici. Numero 4 2019. anno XL - ottobre/dicembre. Disponível em: http://www.regione.emilia-romagna.it/affari_ist/rivista_4_2019/Donati.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

DOWBOR, Ladislau. *Gestão de parcerias: o exemplo das políticas para a infância*. In: Revista Administração em Diálogo do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Volume 4, n. 1, 2002. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/viewFile/879/589>. Acesso em: 01 set. 2019.

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local?* 2016. Disponível em: <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/16-08podlocal-revisa%CC%83o-2016.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local?* São Paulo: Brasiliense, 2008.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso, ou progresso como ideologia*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Trad. Néelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

EMBRAPA. LIMA, Carlos Eduardo Pacheco. *Política, legislação e gestão ambiental no meio rural*. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cenoura/arvore/CONT000gnhfy7h902wx5ok0edacx165y0y2b.html>. Acesso em: 26 fev. 2020.

_____. *Saneamento básico rural*. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1035917/saneamento-basico-rural-a-saude-da-agua-do-solo-e-da-familia-em-suas-maos>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

_____. *Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira*. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

ESCALONA-ORCAO, Ana Isabel; ESCOLANO-UTRILLA, Severino. *El potencial para el desarrollo inteligente de las áreas rurales*. Los clústeres espaciales de atividades creativas en España. *Revista de Geografía Norte Grande*, 65: 91-107 (2016). Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/rgeong/n65/art05.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ESCRIBANO PIZARRO, Jaime. *El valor de los servicios educativos y sanitarios en los procesos de atracción y mantenimiento de población en medio rural*. *Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural y Journal of Depopulation and Rural Development Studies*. ISSN 1578-7168, n. 13, 2012, p. 11-52. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4042750>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ESPAÑA. *Constitución Española*. 1978. Disponível em: [https://www.boe.es/eli/es/c/1978/12/27/\(1\)/con](https://www.boe.es/eli/es/c/1978/12/27/(1)/con). Acesso em: 29 jun. 2020.

_____. *Constitución Española*. Espanha: Junta de Castilla y León, 1978.

_____. *Jornal Oficial da União Europeia. Tratado Da União Europeia (versão consolidada)*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:12016M/TXT&from=EN>. Acesso em: 29 junho 2020.

ESTADÃO. Mesquita, João Lara. *Agrotóxicos: novo marco e outras notícias*. 31 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://marsemfim.com.br/agrotoxicos-a-populacao-precisa-saber/>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

ETGES, Filipe Madsen [et al.]. *Os grandes temas do municipalismo: "sustentabilidade e poder local"*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2019. v. 6; 114 p.

ETZIONI, Amitai. *La nueva regla de oro: comunidad y moralidad en una sociedad democrática*. Barcelona: Paidós, 1996.

EUR-LEX. Glossário das sínteses. *Subsidiariedade*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/subsidiarity.html?locale=pt>. Acesso em: 29 jun. 2020.

EXPANSIÓN. *El Gobierno aprueba una estrategia nacional contra la despoblación*. 29 de março 2019. Disponível em: <https://www.expansion.com/economia/politica/2019/03/29/5c9e4737268e3e143e8b45b6.html>. Acesso em: 24 fev. 2020.

FANAYA, Patrícia. Cidades como ambientes cognitivos. *In.*: SANTAELLA, Lucia. *Cidades inteligentes*. Por que, para quem?. 1. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. *FAO aposta em um futuro mais afinado com as tecnologias nas comunidades rurais da América Latina e do Caribe*. 05.08.2019. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1204144/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

FENSTERSEIFER, Tiago. *Direitos Fundamentais e proteção do ambiente: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico constitucional do estado socioambiental de direito*. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

FGV PROJETOS. *O que é uma cidade inteligente?* Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/noticias/o-que-e-uma-cidade-inteligente>. Acesso em: 01 set. 2019.

FGV. *Plano nacional de desenvolvimento (PND)*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>. Acesso em: 09 abr. 2020.

FIGUEROA ALEGRE, Ivo Luis. *El derecho a un medio ambiente adecuado en la Constitución Española de 1978*. Revista Electrónica de Derecho Ambiental. n. 17, jun. 2008. Disponível em: <http://vlex.com/vid/41651428>. Acesso em: 01 mar. 2020.

FINCO, Marcus Vinícius Alves; WAQUIL, Paulo D.; MATTOS, Ely José de. *Evidências da relação entre pobreza e degradação ambiental no espaço rural do Rio Grande do Sul*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 249-276, abr. 2004. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2059/2441>. Acesso em: 02 abr 2020.

FISCHER, Tânia (org.) *Poder Local – Governo e Cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

_____. *Poder local: um tema em análise*. Rev. Adm. púb., Rio de Janeiro, 26 (4): 105-113, out./dez. 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8734>. Acesso em: 20 maio 2020.

FIXOT, Anne-Marie. *Vers une ville convivialiste*. Introduction de la maîtrise d'usage. Présentation. *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 154-168, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sergio Pereira. *Análise de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas*. 2007. Disponível em: http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/AnalisePolitica%20Publica_flexor_leite.pdf. Acesso em 27 ago. 2019.

FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: Direito ao Futuro*. São Paulo: Editora Fórum, 2009.

FRÉMEAUX, Philippe. La lutte contre les inégalités, un objectif et une méthode. *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 31-34, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. Ministério da Saúde. *Panorama do Saneamento Rural no Brasil*. 06 set. 2018. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/panorama-do-saneamento-rural-no-brasil>. Acesso em: 26 fev. 2020.

FUNDAÇÃO VANZOLINI. *Smart city: como a tecnologia muda a vida de uma cidade*. Disponível em: <https://vanzolini.org.br/weblog/2019/04/11/smart-city-como-tecnologia-muda-vida-de-uma-cidade/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

G1. *43% das escolas rurais não têm internet por falta de estrutura na região, diz pesquisa*. Por Elida Oliveira. 18/07/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/07/18/43percent-das-escolas-rurais-nao-tem-internet-por-falta-de-estrutura-na-regiao-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 28 fev. 2020.

GARCÍA NOVOA, César; SANTIAGO IGLESIAS, Diana. *4ª Revolución industrial: impacto de la automatización y la inteligencia artificial en la sociedad y la economía digital*. 1. ed. Navarra: Aranzadi -Thomson Reuters, 2018.

GASTAL, Susana. MOESCH, Marutschka Martini. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph, 2007 (Coleção ABC do Turismo).

GEDDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Tradução Maria José Ferreira de Castilho. Campinas, SP: Papirus, 1994.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *O decrescimento: entropia, ecologia e economia*. Tradução de João Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

GESTA LEAL, Rogério. *Os princípios fundamentais do Direito Administrativo brasileiro*. São Leopoldo: Anuário do programa de pós-graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2000. p. 185-223.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp, 1995.

GIFFINGER, Rudolf; FERTNER, Christian; KRAMAR, Hans; KALASEK, Robert; PICHLER-MILANOVIĆ, Nataša; MEIJERS, Evert. *Smart cities. Ranking of European medium-sized cities*. Vienna: University of Technology, 2007. Disponível em: http://www.smart-cities.eu/download/smart_cities_final_report.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

GINGRAS, Yves. *Éloge de l'homo techno-logicus*: Fides. Montréal: Coleção Les grandes conférences, 2005.

GOLDSMITH, Stephen; CRAWFORD, Susan. *The responsive city. Engaging Communities Through Data-Smart Governance*. United States of America: John Wiley & Sons, 2014.

GÓMEZ-RAMOS, Almudena; RICO GONZÁLEZ, Margarita; OLMEDILLA PÉREZ, Sofía. *Contribución de un modelo de producción bioenergética a escala local al desarrollo del medio rural*. El caso de la comarca de Odra-Pisuerga (Burgos). *Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural y Journal of Depopulation and Rural evelopment Studies*, v. 15 (2013), p. 13-188. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/AGER/article/view/37980>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GORCZEVSKI, Clovis; MARTIN, Nuria Belloso. *A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

GORCZEVSKI, Clóvis; TAUCHEN, Gionara. *Educar para os Direitos Humanos, ou para a Cidadania? In: GORCZEVSKI, Clóvis (org). Direitos Humanos, Educação e Cidadania*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

GOULART, Jefferson Oliveira. *O marco institucional da política urbana na Espanha e apontamentos comparativos com o Brasil*. Lua Nova, São Paulo, 103: 233-259, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452018000100233. Acesso em: 18 abr. 2020.

GOVERNO FEDERAL. Nota informativa. *A Medida Provisória 897/2019 (MP do Agro) e a Nova Política Agrícola*. 07 de outubro. Disponível: <http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/notas-informativas/2019/nota-mp-setor-agropecuario.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

GRUPO JACTO. *Fim do êxodo rural? Entenda a volta dos jovens ao campo*. Publicado em 09/10/2018. Disponível em: <https://blog.jacto.com.br/exodo-rural/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

GRUPO ON de Comunicação. O Nacional. *CNM não aprova extinção de municípios*. 2019. Disponível em: <http://onacional.com.br/geral/cidade/93332/cnm+nao+aprova+extincao+de+municipios>. Acesso em: 16 fev. 2020.

GUADALAJARA. *Manifiesto I Foro de Desarrollo Rural*. 2018. Disponível em: <https://www.recamder.es/images/documentos/Manifiesto-Foropueblosconfuturo.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

GUADALAJARADIARIO.es. *Nace el "Manifiesto de Sigüenza", un documento de trabajo contra la despoblación*. 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.guadalaradiario.es/provincia/32039-nace-el-manifiesto-de-sigueenza-un-documento-de-trabajo-contra-la-despoblacion.html>. Acesso em: 19 fev. 2020.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro*. Estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2004.

HERMANY, Ricardo. *(Re) Discutindo o espaço local: uma abordagem a partir do direito social de Gurvitch*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

HERMANY, Ricardo. *Município na Constituição: poder local no constitucionalismo Luso-Brasileiro*. Curitiba: Juruá, 2012.

HERMANY, Ricardo. *O empoderamento social local como pressuposto para o exercício da cidadania*. (org.) HERMANY, Ricardo; et al. *O mundo da cidade e a cidade no mundo: reflexões sobre o direito local*. Santa Cruz do Sul: IPR, 2009.

HERMANY, Ricardo; BENKENSTEIN, Jeanine Cristiane; SODER, Rodrigo Magnos. *O empoderamento social e o poder local como instrumentalizadores na formulação democrática de políticas públicas municipais*. In: *Espaço local, cidadania e políticas públicas*. Organizadores: Fernando Scortegagna; Marli da Costa; Ricardo Hermany. Santa Cruz do Sul: Editora IPR, 2010.

HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Francisco. La construcción de las *smart cities* desde la contratación pública: la compra de bienes y servicios innovadores. In: AGUADO I. CUDOLÁ, Vicenç; PARISIO, Vera; CASANOVAZ I. IBÁÑEZ, Óscar. *El derecho a la ciudad: Smart Cities*. Barcelona: Atelier, 2018.

HIROKI, Stella. Cingapura: educação e inovação em uma smart city. SANTAELLA, Lucia. *Cidades inteligentes*. Por que, para quem?. 1. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PER, Anthony. *Política Pública*. Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Tradução Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HUMBERT, Marc. Une indispensable offensive intellectuelle collective. *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 63-74, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

CASANOVAZ I. IBÁÑEZ, Óscar. Las *smart cities*: una oportunidad para el derecho turístico desde la perspectiva de Barcelona. In: AGUADO I. CUDOLÁ, Vicenç; PARISIO, Vera; CASANOVAZ I. IBÁÑEZ, Óscar. *El derecho a la ciudad: Smart Cities*. Barcelona: Atelier, 2018.

IBGE. Agência Brasil. *Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos*. 07/11/2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em: 26 fev. 2020.

_____. Censo Agropecuário. *Número de estabelecimentos que usam agrotóxicos sobe 20,4%*. 25/10/2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25790-numero-de-estabelecimentos-que-usam-agrotoxicos-sobe-20-4>. Acesso em: 26 fev. 2020.

_____. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação* / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. *IBGE divulga as estimativas da população dos municípios para 2019*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019>. Acesso em: 16 fev. 2020.

_____. *Projeções*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 16 fev. 2020.

ICF. *The ICF Method*. Disponível em: <https://www.intelligentcommunity.org/method>. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____. The Intelligent Community Forum. *ICF Names the Smart21 Communities of 2020*. 22 outubro 2019. Disponível em: https://www.intelligentcommunity.org/icf_names_the_smart21_communities_of_2020. Acesso em: 25 mar. 2020.

ICLEI. *ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade*. Disponível em: <http://sams.iclei.org/quem-somos/o-iclei.html>. Acesso em: 09 abr. 2020.

_____. *The local agenda 21 planning guide*, Edición Toronto, 1996. Disponível em: https://www.idrc.ca/sites/default/files/openebooks/448-2/index.html#page_1. Acesso em: 03 abr. 2020.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. “*O convivialismo, uma ideia nova para evitar a catástrofe*”. Entrevista com Alain Caillé. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/521829-o-convivialismo-uma-ideia-nova-para-evitar-a-catastrofe-entrevista-com-alain-caille>. Acesso em: 16 maio 2020.

IMA. Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina. *Legislação*. Disponível em: <http://www.ima.sc.gov.br/index.php/o-instituto/legislacao>. Acesso em: 26 fev. 2020.

IMAZON. Instituto do Homem e do meio ambiente. *Sistema de alerta de desmatamento 2020*. Disponível em: <https://k6f2r3a6.stackpathcdn.com/wp-content/uploads/2020/02/SAD-JAN-2020.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

INDEX MUNDIAL. *Espanha Número de usuários do Internet*. 9 de julho de 2017. Disponível em: https://www.indexmundi.com/pt/espanha/numero_de_usuarios_do_internet.html. Acesso em: 24 mar. 2020.

_____. *Número de usuários do Internet*. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=sp&v=118&l=pt>. Acesso em: 20 mar. 2020.

INE, Instituto Nacional de Estatística. Epdata.es. *Compraventa de viviendas, datos sobre el mercado inmobiliario*. Espanha, Dados atualizados em 12 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.epdata.es/datos/compra-venta-vivienda-mercado-inmobiliario-datos-hoy/29/espana/106>. Acesso em: 24 fev. 2020.

_____. Epdata.es. *La España vacía: despoblación en España, datos y estadísticas*. Espanha, Dados atualizados em 3 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.epdata.es/datos/despoblacion-espana-datos-estadisticas/282>. Acesso em: 24 fev. 2020.

_____. Epdata.es. *Madrid - Población: inmigrantes, emigrantes y otros datos sobre los habitantes de cada municipio*. Espanha, Dados atualizados em 23 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.epdata.es/datos/poblacion-inmigrantes-emigrantes-otros-datos-habitantes-cada-municipio/3/madrid/4245>. Acesso em: 24 fev. 2020.

_____. Epdata.es. *Paro en España hoy, según la EPA del INE*. Espanha, Dados atualizados em 21 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.epdata.es/datos/paro-espana-hoy-epa-ine/10/espana/106>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

INEbase. *España Municipal 2019*. Disponível em: https://www.ine.es/infografias/infografia_padron.pdf. Acesso em: 16 fev. 2020.

_____. *La población de España*. Disponível em: https://www.ine.es/dyngs/INEbase/es/operacion.htm?c=Estadistica_C&cid=1254736176951&menu=ultiDatos&idp=1254735572981. Acesso em: 16 fev. 2020.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia. A sequência do desenvolvimento humano*. Tradução Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho. São Paulo: Francis, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2018* [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2018.pdf. Acesso em: 28 fev. 2020.

INTER PRESS SERVICE. Agência de Notícias. *Ambiente-Espanha: Da contaminação à sustentabilidade*. Madri, 04/11/2009. Disponível em: <http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2009/11/ambiente/ambiente-espanha-da-contaminacao-a-sustentabilidade/>. Acesso em: 25 fev. 2020.

INTERNET SOCIETY. *Honduras Chapter in partnership with Red De Desarrollo Sostenible*. Disponível em: <https://www.internetsociety.org/beyond-the-net/grants/2017/comunidades-inteligentes/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

JACOBI, Pedro. *Poder local, políticas sociais e sustentabilidade*. Saúde e Sociedade, v. 8 n. 1, São Paulo, jan./fev. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/04.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

JIMÉNEZ ROMERA, Carlos; FORERO SUÁREZ, Fabio E.; RUIZ HERNÁNDEZ, José Alcides. *Tecnología y diseño para el desarrollo rural: propuesta metodológica y prueba de concepto en dos municipios colombianos*. ISSN 1578-7168, Nº. 23, 2017, págs. 27-57. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6167022>. Acesso em: 10 jun. 2020.

JORNAL DE BRASÍLIA. *Município Inteligente, o futuro da Cidade Inteligente*. O conceito de Município Inteligente amplia a visão territorial da concepção originária de Cidade Inteligente e cria um novo olhar para o tema. 24/08/2019. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/blogs-e-colunas/professor-m/municipio-inteligente-o-futuro-da-cidade-inteligente/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

JORNAL ESTADÃO. *IBGE: 35,7% dos brasileiros vivem sem esgoto, mas 79,9% da população já tem acesso à internet*. 06 nov. 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-35-7-dos-brasileiros-vive-sem-esgoto-mas-79-9-da-populacao-ja-tem-acesso-a-internet,70003077941>. Acesso em: 24 mar. 2020.

JORNAL ESTADO DE MINAS. *Sede da COP25, Espanha está longe de ter meio ambiente como prioridade*. Postado em 28/11/2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/11/28/interna_internacional,1104356/sede-da-cop25-espanha-esta-longe-de-ter-meio-ambiente-como-prioridade.shtml. Acesso em: 25 fev. 2020.

JUANES BENÉITEZ, Francisco Javier. *Nuevas formas de transferir significado a lo rural desde la responsabilidad social y la inteligencia territorial delimitación del concepto de smart ruralities*. Tese de Doutorado. UNIVERSIDAD DE LEÓN. Departamento de Geografía y Geología. Dirigida por el Profesor Dr. D. José Luis Vázquez Burguete. León, Noviembre de 2015.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. *Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal*. Revista de Administração Pública -RAP. Rio de Janeiro, 2(2), 11-22. mar./abr. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7696/6269>. Acesso em: 01 jun. 2020.

JUNTA DE ANDALUZIA. *Andalucía Es Digital*. https://www.blog.andaluciaesdigital.es/smart-rural-el-impulso-de-la-smart-city-en-los-pequenos-municipios/#Que_es_la_Smart_Rural. Acesso em: 11 mar. 2019.

_____. *II Plan Andaluz de Agricultura Ecológica (2007-2013)*. Consejería de Agricultura y Pesca. 2007. Disponível em: https://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/libro_plan_ae.pdf. Acesso em: 08 abr. 2020.

_____. *III Plan Andaluz de la Producción Ecológica Horizonte 2020*. 21/07/2016. Consejería de Agricultura y Pesca. 2016. Disponível em: https://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/planes/16/06/III_PLAN_ANDALUZ_PRODUCION_ECOLOGICA-PAPE-HORIZONTE_2020.pdf. Acesso em: 08 abr. 2020.

JUNTA DA GALICIA. *DECRETO 12/2017*, de 26 de enero, por el que se establece la ordenación de apartamentos turísticos, viviendas turísticas y viviendas de uso turístico en la Comunidad Autónoma de Galicia. 2017. Disponível em: https://www.xunta.gal/dog/Publicados/2017/20170210/AnuncioG0244-020217-0002_es.html. Acesso em: 01 jun. 2020.

_____. *Turismo na Galícia*. Disponível em: <https://www.turismo.gal/inicio>. Acesso em: 01 jun. 2020.

KLABIN, Israel. Entrevista concedida por Israel Klabin, presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) a Cristina Aragão. In.: SANSEVERINO, Eleonora Riva; SANSEVERINO, Raffaella Riva. VACCARO, Valentina. *Smart Cities Atlas*. Western and Eastern Intelligent Communities. Cham, Switzerland: Springer Tracts in Civil Engineering. Library of Congress Control Number: 2016952913, 2017.

KRAMBECK, Christian. *Planejamento territorial rural: análise do processo de elaboração de planos diretores em municípios rurais, o caso de Papanduva – Santa Catarina*. 2007. 188 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

KRELL, Andreas J. *Leis de normas gerais, regulamentação do Poder Executivo e cooperação intergovernamental em tempos de reforma federativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAGUNA SMART CITY. *3 exemplos de Smart Cities que você precisa conhecer*. 2016. Disponível em: https://smartcitylaguna.com.br/3-smart-cities-voce-precisa-conhecer/?gclid=EAlalQobChMIhdnCgJey5AIVEISRCh2V2AhAEAAYASAAEgInovD_BwE. Acesso em: 02 set. 2019.

LECOMTE, Jacques. Le convivialisme existe, je l'ai rencontré. *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 99-114, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

LEFF, Enrique. *Decrecimiento o desconstrucción de la economía: Hacia un mundo sustentable*. Revista Polis, v. 7, n. 21, 2008. Prólogo, p. 81-90. Editorial de la Universidad Bolivariana De Chile, 2008.

_____. *Epistemologia ambiental*. Tradução Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: sentidos y senderos de un futuro sustentable*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 7, p. 13-40, Editora UFPR, jan./jun. 2003.

_____. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Tradução Lúcia M. E. Orth. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LEITE, Leonardo de Oliveira; REZENDE, Denis Alcides. *Modelo de gestão municipal baseado na utilização estratégica de recursos da tecnologia da informação para a gestão governamental: formatação do modelo e avaliação em um município*. Revista de Administração Pública – RAP. Rio de Janeiro 44(2): 459-93, mar./abr. 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6932/5499>. Acesso em: 31 maio 2020.

LÉVY, Pierre. *A conexão planetária*. O mercado, o ciberespaço, a consciência. Tradução Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo: Editora 34, 2001.

LINDBLOM, Charles E. *El proceso de elaboracion de politicas publicas*. Tradução Eduardo Zapico Goñi. Madrid: Ministerio para las Administraciones Publicas, 1991.

LLADÓ MARTÍNEZ, Albert. Actuaciones en el ámbito de *smart cities* en la ciudad de Girona y su sujeción a los principios de transparencia y participación. In: AGUADO I. CUDOLÁ, Vicenç; PARISIO, Vera; CASANOVAZ I. IBÁÑEZ, Óscar. *El derecho a la ciudad: Smart Cities*. Barcelona: Atelier, 2018.

LODDER, Celsius A. *Planejamento regional: o ponto de vista rural*. Pesquisa e planejamento econômico, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 807-8016, dez. 1976.

LOPES, Alberto. *Políticas Públicas para cidades sustentáveis*. Integração Intersectorial, Federativa e Territorial. Rio de Janeiro: IBAM, MCTI, 2016. Disponível em:
<https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/3063/BVE17068992p.pdf;jsessionid=1C00001AA3F74E30CDF6CDD03BB12496?sequence=1>. Acesso em: 14 jun. 2020.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. Industrialização, meio ambiente, inovação e competitividade. In: MAY, Peter H (org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MACHADO, Betieli da Rosa Sauzem; CAMARGO, Daniela Arguilar; HERMANY, Ricardo. O princípio da subsidiariedade e os consórcios intermunicipais: mecanismos de concretização da sustentabilidade financeira de municípios. In.: ETGES, Filipe Madsen [et al.]. *Os grandes temas do municipalismo: "sustentabilidade e poder local"*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2019. v. 6, 114 p.

MAIA, Alexandre Gori; BUAINAIN, Antonio Marcio. *O novo mapa da população rural brasileira*. Revista Brasileira de Geografia. Confins [Online], 25; 2015, posto online no dia 19 novembro 2015. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/confins/10548>. Acesso em: 28 fev. 2020.

MALLÉN VILLALBA, Patrícia; VALVERDE AMADOR, Antoni Xavier. Riesgos sobre la privacidad de los datos abiertos recogidos en una *smart city* In: AGUADO I. CUDOLÁ, Vicenç; PARISIO, Vera; CASANOVAZ I. IBÁÑEZ, Óscar. *El derecho a la ciudad: Smart Cities*. Barcelona: Atelier, 2018.

MANZINE COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MARTÍNEZ ARROYO, Francisco; SACRISTÁN LÓPEZ, Hugo; YAGÜE BLANCO, José Luis. *Are local action groups, under LEADER approach, a good way to support resilience in rural areas?*. Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural y Journal of Depopulation and Rural Development Studies. V. 18, 2015. p. 39- 63. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/AGER/article/view/38069>. Acesso em: 08 jun. 2020.

MARTINS, Margarida Salema D' Oliveira. *O princípio da subsidiariedade em perspectiva jurídico-política*. Portugal: Coimbra editora, 2003.

MARTINS, Paulo Henrique. La nature symbolique et les usages politiques du “bien vivre”. *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 75-87, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

MASSIAH, Gus. Pour une démarche convivialiste. sortir du néolibéralisme. *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 47-61, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. *Dimensões da Sustentabilidade*. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 7, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em <http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf>. Acesso em: 01 set. 2019.

MENNILLO, Giulia; SCHLENZIG, Thomas; FRIEDRICH, Elmar. *Balanced Growth. Finding Strategies for Sustainable Development*. Library of Congress Control Number: 2011941774. London New York: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2012.

MIALOT, Camille. El derecho a la ciudad em la gestión inteligente del território: La perspectiva francesa. In: AGUADO I. CUDOLÁ, Vicenç; PARISIO, Vera; CASANOVAZ I. IBÁÑEZ, Óscar. *El derecho a la ciudad: Smart Cities*. Barcelona: Atelier, 2018.

MIGUEZ MACHO, Luis. *Instrumentos jurídicos para la lucha contra la despoblación en el ámbito rural* (DESPORU). Universidade de Santiago de Compostela, 2019.

MIGUEZ MACHO, Luiz. *Seminario sobre políticas innovadoras de dinamización rural en Galicia*. Celebrado en la Facultad de Derecho de la Universidad de La Coruña, se há elaborado en el marco del Proyecto de Investigación Instrumentos jurídicos para la ucha contra la despoblación en el medio rural (RTI2018-099804-A-100), financiado por el MINISTERIO DE CIENCIA, INNOVACIÓN Y UNIVERSIDADES. *Despoblacion rural*. 15 de noviembre de 2019. Disponível em: <https://despoblacionrural.blog/2019/11/27/nuevos-instrumentos-juridicos-para-la-ordenacion-territorial-y-agraria-de-galicia/>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MINAS GERAIS. Lei nº. 1.188/2007. *Plano Diretor Participativo do Município Mar da Espanha em MG*. Disponível em: http://mardeespanha.mg.leg.br/plano_diretor.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Plano Agrícola e Pecuário 2018/2019*. Brasília: Mapa, 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Agenda 21*. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso em: 04 abr. 2020.

MONTESORO, Pier Luca. *Cybersecurity: conoscenza e consapevolezza come prerequisiti per l'amministrazione digitale*. Istituzioni del Federalismo. Rivista di studi giuridici e politici. N. 3, 2019. anno XL - luglio/settembre. Disponível em:

http://www.regione.emilia-romagna.it/affari_ist/rivista_3_2019/Montessoro.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra Pátria*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORSE, Suzanne W. *Smart Communities*. How Citizens and Local Leaders Can Use Strategic Thinking to Build a Brighter Future. United States of America: John Wiley & Sons, 2004.

_____. *Smart Communities*. How Citizens and Local Leaders Can Use Strategic Thinking to Build a Brighter Future. 2. ed. United States of America - San Francisco: Jossey - Bass, 2014.

MUELLER, Charles C. *Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente*. Brasília: Editora da UnB, 2012.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. *Agenda 30*. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 09 abr. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. *Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU*. Disponível: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em: 02 set. 2019.

NALINI, José Renato. *Ética Ambiental*. Campinas: Millennium, 2001.

NALINI, José Renato; SILVA NETO, Wilson Levy Braga da. Cidades inteligentes e sustentáveis: desafios conceituais e regulatórios. *In.*: CORTESE, Tatiana Tucunduva Philippi; KNISS, Cláudia Terezinha; MACCARI, Emerson Antonio. *Cidades inteligentes e sustentáveis*. Barueri – SP: Manole, 2017.

NASCIMENTO, Daniel Trento do; CAMPOS, Edson Telê; SCHENINI, Pedro Carlos. *Estatuto da cidade: um instrumento democrático para o ordenamento territorial urbano*. *In.*: NASCIMENTO, Daniel Trento do; CAMPOS, Edson Telê; SCHENINI, Pedro Carlos (org.). *Planejamento, Gestão e Legislação Territorial Urbana: uma abordagem sustentável*. Florianópolis, Papa-livro Editora, 2006.

NASCIMENTO, Daniel Trento do; CAMPOS, Edson Telê; SCHENINI, Pedro Carlos. *Estatuto da cidade: um instrumento democrático para o ordenamento territorial urbano*. *Katálysis*, v.6, n.2, jul./dez. 2003, Florianópolis – SC, 181-192. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6460/6304>. Acesso em: 17 abr. 2020.

NASR, Seyyed Hossein. *O homem e a natureza*. Espírito e matéria. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

NAVARRO VALVERDE, Francisco Antonio; CEJUDO GARCÍA, Eugenio; CAÑETE PÉREZ, José Antonio. *Análisis a largo plazo de las actuaciones en desarrollo rural neoendógeno*. Continuidad de las empresas creadas con la ayuda de LEADER y PRODER en tres comarcas andaluzas en la década de 1990. *Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural y Journal of Depopulation and Rural Development Studies*. Vol. 25, 2018. p. 189- 219. Disponível em:

<<https://recyt.fecyt.es/index.php/AGER/article/view/69801>>. Acesso em: 08 junho 2020.

NEO MONDO. ESTADÃO. Marcos Vicente (EMBRAPA). *EMBRAPA destaca as contribuições da pesquisa para a sustentabilidade. Incrementar a produção de alimentos com responsabilidade ambiental é um desafio para a pesquisa agropecuária. Você sabia que diversas soluções tecnológicas geram impacto ambiental positivo?*. Disponível em: <http://www.neomundo.org.br/2018/06/28/agricultura-e-meio-ambiente/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

NETTEL BARREIRA, Alina de Carmen; RUIZ CANIZALES, Raúl; AGUADO ROMERO, Gabriela. Gobernanza, derecho administrativo y derechos humanos em la gestión de las ciudades inteligentes. In: AGUADO I. CUDOLÁ, Vicenç; PARISIO, Vera; CASANOVAZ I. IBÁÑEZ, Óscar. *El derecho a la ciudad: Smart Cities*. Barcelona: Atelier, 2018.

NEVES, Lafaiete Santos. *Sustentabilidade: anais de textos selecionados do 5º seminário sobre sustentabilidade*. Curitiba: Juruá, 2011.

NYSTRÖM, Lars. *From farms to firms: rural industrialisation under the “Swedish model” of organised capitalism*. Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural y Journal of Depopulation and Rural Development Studies. 2018, p.67-102. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/296/29659260003/html/index.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

OIRESP. Observatório Internacional de Regulação de Entidades do Setor Público. *Acerca del OIRESP*. Disponível em: <https://oiresp.com/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

OLIVIER NOUAILLAS. La Vie (org.). *Alain Caillé: “Le convivialisme, une idée neuve pour éviter la catastrophe”*. 2013. Disponível em: http://www.lavie.fr/actualite/societe/alain-caille-le-convivialisme-une-idee-neuve-pour-eviter-la-catastrophe-17-06-2013-41474_7.php. Acesso em: 16 maio 2020.

ONU. Nações Unidas. *A ONU e o meio ambiente*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 01 abr. 2020.

ONU. Nações Unidas. *FAO lança livro sobre ações integradas de sustentabilidade agrícola*. Publicado em 08/02/2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-lanca-livro-sobre-acoes-integradas-de-sustentabilidade-agricola/>. Acesso em: 06 abr. 2020.

ORTEGA, A. C. *Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas: Editora Alínea/ Edufu, 2008.

OTERO, J. M. G.; ZAPATA, I. H.; CASTILLO, B. R. *Agricultura ecológica en España: Caracterización, normativa y participación creciente en el mercado alimentario*. Distribución y Consumo, 28, v. 1., 2014.

PANHAN, André Marcelo; MENDES, Leonardo de Souza; BREDA, Gean Davis. *Construindo cidades inteligentes*. Curitiba: Appris, 2016.

PANORAMA SETORIAL DA INTERNET. *Smart cities*: Tecnologias de informação e comunicação e o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis e resilientes. *Smart cities*. Setembro | 2017. Ano 9 – Número 2.

PARISIO, Vera. *Smart cities*, digitalizzazione delle pubbliche riflessioni. In: AGUADO I. CUDOLÁ, Vicenç; PARISIO, Vera; CASANOVAS I. IBÁÑEZ, Óscar. *El derecho a la ciudad: Smart Cities*. Barcelona: Atelier, 2018.

PARLAMENTO DA GALÍCIA. *Principio de subsidiariedade*. Disponível em: <http://www.parlamentodegalicia.org/sitios/web/biblioteca/hoxenoparlamento/xornadas-subsidiariedade-web.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

PARSONS, Wayne. *Políticas Públicas: una introducción a La teoría y La práctica del análisis de políticas públicas*. México: FLACSO, 2007.

PEDRINI, Dalila Maria; ADAMS, Telmo; SILVA, Vini Rabassa da. Controle social e fortalecimento da democracia participativa. In: PEDRINI, Dalila Maria; ADAMS, Telmo; SILVA, Vini Rabassa da. *Controle social de políticas públicas caminhos, descobertas e desafios*. São Paulo: Paulus, 2007.

PENNA, Carlos Gabaglia. *O estado do planeta*. A sociedade de consumo e degradação ambiental. Rio de Janeiro: Record, 1999.

PÉRES USECHE, Marco Antonio. La inteligencia del territorio desde la cultura de los datos. In: CUDOLÁ, Vicenç; Aguado I.; PARISIO, Vera; IBÁÑEZ, Óscar; Casanovas I. *El derecho a la ciudad: Smart Cities*. Barcelona: Atelier, 2018.

PERRET, Bernard. *Transition écologique ou choc de la finitude?*. *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 35-40, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

PICON, Antoine. *Smart Cities*. A Spatialised Intelligence. Estados Unidos: John Wiley & Sons Ltd., 2015.

PINILLA, Vicente; SÁEZ, Luis Antonio. *Rural depopulation in Spain: genesis of a problem and innovative policies*. Centre for Studies on Depopulation and development of Rural Areas (CEDDAR). Informes CEDDAR 2017-2. Disponível em: http://ssp-network.eu/wp-content/uploads/Informe-CEDDAR-def-1_EN-GB-1.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

PONCE SOLÉ, Juli. El derecho a la ciudad en la gestión inteligente del territorio: Planteamiento general. La transdisciplinariedad, el derecho a la ciudad y el reto de las *smart cities*. In: AGUADO I. CUDOLÁ, Vicenç; PARISIO, Vera; CASANOVAS I. IBÁÑEZ, Óscar. *El derecho a la ciudad: Smart Cities*. Barcelona: Atelier, 2018.

PRIGOGINE, Ilya. *O fim das incertezas: tempo, caos e as leis da natureza*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1996.

QUADROS, Fausto de. *O princípio da subsidiariedade no direito comunitário após o Tratado da União Europeia*. Coimbra: Livraria Almedina, 1995.

QUINTERI, Handré Smarieri; MEYER, Isadora Viana; SPECHT, Pedro Chitolina. *As cidades e comunidades inteligentes*. Boletim de inovação e sustentabilidade. BISUS

2018 - Vol. 1. PUCSP: São Paulo, 2018. Disponível em:
<https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/bisus-2018-vol1-a-cidades-e-comunidades-inteligentes.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

RAGGIO, Nadia Zaiczuk; RIBAS, Ana Maria de Macedo; WERNECK, Débora Zlotnik; KLEINKE, Maria de Lourdes Urban; SOUZA, Leonildo Pereira de; HANASHIRO, Greyce Umeki; HINO, Ricardo Kingo. Fortalecimento institucional e qualificação da gestão municipal no Estado do Paraná. *In.*: VELLOSO, João Francisco Alves; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; VIEIRA, Roberta da Silva; MIRANDA, Rogério Boueri. *Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras*. Brasília: Ipea, 2011.

RBA. Rede Brasil Atual. *Em 2019, maior desafio da saúde pública no Brasil é a sobrevivência do SUS*. Publicado 06/04/2019. Disponível em:
<https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2019/04/em-2019-maior-desafio-da-saude-publica-no-brasil-e-a-sobrevivencia-do-sus/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

REAL FERRER, Gabriel. *Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿construimos juntos el futuro?* Revista Novos Estudos Jurídicos. v. 17, n. 3, 2012.

RECH, Adir Ubaldo. *A exclusão social e o caos nas cidades*. Caxias do Sul: Educs, 2007.

RECH, Adir Ubaldo. *Cidades sustentável*. Direito urbanístico e ambiental – instrumentos de planejamento. Caxias do Sul: Educs, 2016.

RECH, Adir Ubaldo; GULLO, Maria Carolina; SCUR, Luciana. *Planejamento diretor inteligente*. Caxias do Sul: Educs, 2019.

RECH, Adir Ubaldo; RECH, Adivandro. *Direito Urbanístico: fundamentos para construção de um plano diretor sustentável na área urbana e rural*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010.

RESENDE, Rachel Germiniani; FERREIRA, Sindynara; FERNANDES, Luiz Flávio Reis. *O saneamento rural no contexto brasileiro*. Revista Agrogeoambiental, Pouso Alegre, v. 10, n. 1, mar. 2018. Disponível em:
<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/1027-7034-1-PB.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

REVISTA DAE. *Sabesp*. n. 220, v. 67. São Paulo. Edição Especial. Novembro 2019. Disponível em: <http://revistadae.com.br/downloads/edicoes/Revista-DAE-220.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

REVISTA EXAME. *Agricultura ecológica desenvolve produção sustentável na Espanha*. access_time3 set 2013. Disponível em:
<https://exame.abril.com.br/tecnologia/agricultura-ecologica-desenvolve-producao-sustentavel-na-espanha/>. Acesso em: 08 abr. 2020.

REVISTA FAPESP. *Pesquisa FAPES*. Disponível em:
<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/08/22/o-brasil-rural-n%C3%A3o-%C3%A9-s%C3%B3-agr%C3%ADcola/>. Acesso em: 02 set. 2019.

REZENDE, Denis Alcides; PROCOPIUCK, Mario. *Projeto de cidade digital estratégica como política pública: o caso de Chicago, EUA*. R. Technol. Soc., Curitiba, v. 14, n. 33, p. 246-269, jul./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/download/7467/5261>. Acesso em: 14 jun. 2020.

RICHTER GRUPPE. *Cidades inteligentes no mundo: tudo o que você precisa saber*. 4 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://richtergruppe.com.br/cidades-inteligentes-no-mundo-tudo-o-que-voce-precisa-saber/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Complementar nº 498, de 04 de dezembro de 2015. *Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável para o Distrito de Vila Cristina*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-caxias-do-sul-rs>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Lei Complementar nº 589, de 19 de novembro de 2019. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Caxias do Sul*. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/planejamento/plano-diretor/lc589>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ROCHA, Roberto. *A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil*. Revista Pós Ciências Sociais, v. 6, n. 11, 2009. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/790/3053>. Acesso em: 22 maio 2020.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, Peter H (org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

RUSCHEL, Caroline Vieira; PORTANOVA, Rogério. Desenvolvimento e meio ambiente: que rumo o direito deve seguir? *Revista Eletrônica Direito e Política*, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 10, n. 1, edição especial de 2015. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-779. Acesso em: 06 abr. 2020.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI. Desenvolvimento e meio ambiente*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

SÁEZ PÉREZ, Luis Antonio; AYUDA, María-Isabel; PINILLA, Vicente. *Pasividad autonómica y activismo local frente a la despoblación en España: el caso de Aragón analizado desde la Economía Política*. Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural y Journal of Depopulation and Rural Development Studies. ISSN 1578-7168, Nº. 21, 2016, p. 11-41. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5713346>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SÁEZ PÉREZ, Luis Antonio; PINILLA NAVARRO, Vicente; AYUDA BOSQUE, María Isabel. *Políticas ante la despoblación en el medio rural: un enfoque desde la*

demanda. *Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural y Journal of Depopulation and Rural Development Studies*, v. 1. 2004, p. 211-232. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/AGER/article/view/6990>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; OLIVEIRA, Michel Ângelo Constantino de; SILVA, Ana Paula Moreira da; LUEDEMANN, Gustavo. *A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafios*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1050/1/TD_1782.pdf. Acesso em: 08 abr. 2020.

SANCHIS, Raúl; SERRANO, Abeledo Vicente Coll; KÖSTER, Pau Rausell. *La cultura como factor de innovación socio-económica en el medio rural: el caso del clúster de artesanía artística de La Città Europea dei Mestieri d'Arte (CITEMA)*. *Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural y Journal of Depopulation and Rural Development Studies*. ISSN 1578-7168, n. 20, 2016, p. 73-103. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5438135>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SANSEVERINO, Raffaella Riva. Experiencing the Smart City Concept: The Challenge of Intelligent Districts. *In.*: SANSEVERINO, Eleonora Riva; SANSEVERINO, Raffaella Riva. VACCARO, Valentina. *Smart Cities Atlas. Western and Eastern Intelligent Communities*. Cham, Switzerland: Springer Tracts in Civil Engineering. Library of Congress Control Number: 2016952913, 2017.

SANT'ANNA, Mariana Senna. *Planejamento Urbano e Qualidade de Vida – Da Constituição Federal ao Plano Diretor*. *In.*: DALLARI, Adilson Abreu; DI SARNO, Daniela Campos Libório (coord.) *Direito urbanístico e ambiental*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

SANTIAGO IGLESIAS, Diana. *Iniciativas para un futuro urbano sostenible: las smart cities*. *In.*: LÓPEZ, Tomás Quintana y Otros. *Urbanismo sostenible rehabilitación, regeneración y renovación urbanas*. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2015.

_____. *La implementación de proyectos smart city en núcleos urbanos de tamaño medio: análisis de experiencias en Castilla y León*. *Revista Jurídica de Castilla y León*. Número 39. Mayo 2016. ISSN: 2254-3805. *Hacia un urbanismo sostenible em Castilla y León*.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. *In.*: CHAUÍ, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Clediane Nascimento. *As políticas de desenvolvimento rural e o turismo no espaço rural: os casos dos municípios de Rosana, Presidente Epitácio (São Paulo, Brasil), Santiago de Compostela e Padrón (Galícia, Espanha)*. Orientador: Rosângela Custodio Cortez Thomaz. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153882>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo. Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação. *Planejamento Estratégico Campinas Cidade Inteligente 2019-2029*. 2019. Disponível em:

<http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/desenvolvimento-economico/pecc-2019-2029.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SARAVIA, Enrique. *Introdução à teoria da política pública*. In.: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas públicas: coletânea*. v. 2. Brasília; ENAP, 2006.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas públicas: coletânea*. v. 2. Brasília; ENAP, 2006.

SAULE JÚNIOR, Nelson. A competência do Município para disciplinar o território rural. In: SANTORO, Paula; PINHEIRO, Edie (Org.). *O planejamento do município e o território rural*. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. p. 41-52. (Cadernos Pólis, 8).

SCRUTON, Roger. *Filosofia verde: como pensar seriamente o planeta*. Tradução Maurício G. Righi. 1. ed. São Paulo: É realizações, 2016.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas*. Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

_____. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SENADO FEDERAL. Agência do Senado. Senado Notícias. *PEC do Pacto Federativo descentraliza recursos para estados e municípios*. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/11/pec-do-pacto-federativo-descentraliza-recursos-para-estados-e-municipios>. Acesso em: 16 fev. 2020.

_____. *Jornal em discussão. Do ecodesenvolvimento ao conceito de desenvolvimento sustentável no Relatório Brundtland, da ONU, documento que coloca temas como necessidades humanas e de crescimento econômico dos países, pobreza, consumo de energia, recursos ambientais e poluição*. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/ecodesenvolvimento-conceito-desenvolvimento-sustentavel-relatorio-brundtland-onu-crescimento-economico-pobreza-consumo-energia-recursos-ambientais-poluicao.aspx>. Acesso em: 01 abr. 2020a.

_____. *Jornal em discussão. ONU estabelece três pilares para o desenvolvimento sustentável dos países: econômico, social e ambiental*. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/onu-estabelece-tres-pilares-para-o-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises-economico-social-e-ambiental.aspx>. Acesso em: 01 abr. 2020.

_____. *Proposta de Emenda à Constituição n° 188, de 2019*. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139704>. Acesso em: 18 fev. 2020.

SILVA, Augusto César Pinheiro da. *Interfaces Brasil-Espanha: Processos de Gestão da Educação Básica Local (Rio de Janeiro-Madrid) Diante da Reconfiguração*

Federativa dos Estados Nacionais. *Revistas Eletrônicas Unijuí*. Ano 28. n. 89. jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/978/2160>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SILVA, Christian Luiz da; BASSI, Nadia Solange Schmidt. Políticas públicas e desenvolvimento local. *In.*: SILVA, Christian Luiz da. *Políticas Públicas e desenvolvimento local*. Instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Elizabete Maria da; LÓPEZ, José Daniel Gómez; CONSTANTINO, Michel. *Análise das convergências e divergências nas políticas públicas ecológicas para agricultores familiares a partir da abordagem em desenvolvimento local: um estudo comparativo entre Espanha e Brasil*. Multitemas, Campo Grande, MS, v. 21, n. 49, p. 257-290, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/762>. Acesso em: 08 abr. 2020.

SILVA, José Afonso da. *Direito Urbanístico Brasileiro*. 6. ed. ver. e atual. São Paulo, SP: Malheiros Editores Ltda., 2010.

SIMÃO, Angelo Guimarães; SILVA, Christian Luiz da; SILVA, Heloisa de Puppi; CASTANHEIRA, Maria Auxiliadora Villar; JUREC, Paulo Sérgio Sant'Anna; WIENS, Simone. Indicadores, políticas públicas e a sustentabilidade. *In.*: SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. *Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SMORTO, Guido. *Autonomie locali e politiche pubbliche per l'economia digitale*. Istituzioni del Federalismo. Rivista di studi giuridici e politici. Número 4 2019. anno XL - ottobre/dicembre. Disponível em: http://www.regione.emilia-romagna.it/affari_ist/rivista_4_2019/Smorto.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE. *Médicos que atuam na zona rural atendem 50% da população do mundo*. 23 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.sbmfc.org.br/noticias/medicos-que-atuam-na-zona-rural-atendem-50-da-populacao-do-mundo/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 08, n. 16, jul./dez., 2006.

SPARRER, M. *El turismo en espacio rural como una estrategia de desarrollo. Una comparación a nivel europeo*. 2005. 763f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Geografia e História, Departamento de Geografia. Santiago de Compostela.

STRATIGEA, Anastasia. *The concept of 'smart cities'. Towards community development?*. Campos digitais: estudos de caso. 26-3 / 4 | 2012, p. 375-388. Disponível em: <https://journals.openedition.org/netcom/1105>. Acesso em: 24 mar. 2020.

TAHIR, Zurinah; MALEK, Jalaluddin Abdul; IBRAHIM, Mohd Asruladlyi. *Developing smart ict in rural communities in malaysia through the establishment of telecenters*.

Journal of Social Sciences and Humanities. v. 11, n. 1 (2016) 227-242, ISSN: 1823-884x. Disponível em: <http://ejournals.ukm.my/ebangi/article/view/14453/4402>. Acesso em: 27 mar. 2020.

TAPIA VALDÉS, Jorge. *Descentralización y subsidiariedad en la época de la globalización*. Estudios Constitucionales, Santiago, v. 1, n. 1, p. 99-111, 2003.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Políticas Públicas. O Papel das Políticas Públicas. 2002. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2020.

TIRADO BALLESTEROS, Juan Gabriel. *Análisis señor queiser enviar um de los programas de desarrollo rural en la Comunidad Valenciana (1991-2013)*. Lectura de los proyectos turísticos. Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural y Journal of Depopulation and Rural Development Studies. ISSN 1578-7168, n. 22, 2017, p. 89-118. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5964472>. Acesso em: 08 jun. 2020.

TOMÀS FORNÉS, Mariona. El impacto de las smart cities en la governaza urbana y en rol de los derecho de los gobiernos locales. In: AGUADO I. CUDOLÁ, Vicenç; PARISIO, Vera; CASANOVAZ I. IBÁÑEZ, Óscar. *El derecho a la ciudad: Smart Cities*. Barcelona: Atelier, 2018.

VALERO, Manuel Morales. *Gestión del capital intelectual como factor clave en el diseño estratégico de un proyecto de desarrollo turístico (Cúllar, Granada, España)*. Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural y Journal of Depopulation and Rural Development Studies. Núm. 28 (2020), p. 43-73. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/AGER/article/view/77975>. Acesso em: 10 jun. 2020.

VARGAS, Letícia Paludo; LIMA, Filipe Augusto Xavier; FERNÁNDEZ, Héctor; DÍEZ Alonso Pablo Saralegui. *Caracterização de uma dehesa ecológica na Espanha: um estudo de caso na andaluzia*. No. 62 - 26/01/2018. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3000>. Acesso em: 08 abr. 2020.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. *Para entender o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora 34, 2015.

_____. *Sustentabilidade. A legitimação de um novo valor*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2010a.

VELLOSO, João Francisco Alves; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; VIEIRA, Roberta da Silva; MIRANDA, Rogério Boueri. *Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras*. Brasília: Ipea, 2011.

VENIER, Stefano; LUCATTI, Edoardo. Future hall. le circular *smart city* come driver globau di uno sviluppo sostenibile e resiliente. In: AGUADO I. CUDOLÁ, Vicenç;

PARISIO, Vera; CASANOVAZ I. IBÁÑEZ, Óscar. *El derecho a la ciudad: Smart Cities*. Barcelona: Atelier, 2018.

VIANA, Ana Luiza. *Abordagens metodológicas em políticas públicas*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 30 (2): 543. mar./abr. 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8095>. Acesso em: 22 maio 2020.

VIVERET, Patrick. Les tâches d'un mouvement convivialiste. *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 25-30, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

WARD, Jesse. *The smart rural Community*. The rural broadband association. 2012. Disponível em: <https://www.ntca.org/sites/default/files/documents/2017-12/TheSmartRuralCommunity.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

WEISS, Marcos Cesar. *Cidades Inteligentes: proposição de um modelo avaliativo de prontidão das tecnologias da informação e comunicação aplicáveis à gestão das cidades*. Tese de Doutorado apresentada ao Centro Universitário FEI para obtenção do título de Doutor em Administração de Empresas. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://sofia.fei.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/000034/00003447.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

WILSON, Edward Osborne. *O futuro da vida: um estudo da biosfera para a proteção de todas as espécies, inclusive a humana*. Tradução Ronaldo Sérgio de Biasi. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Contabilidade ambiental nacional: fundamentos teóricos e aplicação empírica no Brasil. In: MAY, Peter H (org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. *Sustentabilidade e geração de valor: a transição para o século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.